

DIÁLOGO ^{7.2} GLOBAL

4 edições por ano em 17 idiomas

A ditadura de Duterte

Walden Bello

Sociologia do
Paquistão

Ayaz Qureshi,
Nida Kirmani,
Kaveri Qureshi,
Tania Saeed,
Amen Jaffer

Tributos a
Zygmunt Bauman

Peter McMylor,
Maciej Gdula,
Peter Beilharz

Sociologia canadense

Howard Ramos,
Rima Wilkes,
Neil McLaughlin,
Daniel Béland,
Patricia Landolt,
Cheryl Teelucksingh,
Karen Foster,
Fuyuki Kurasawa

Colunas especiais

- > Luta de imigrantes em universidades dos EUA
- > Apresentando a Equipe Editorial Argentina

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 7 / EDIÇÃO 2 / JUNHO 2017
www.isa-sociology.org/global-dialogue/

DG



> Editorial

A sociologia na era da reação

Duterte, Erdogan, Orban, Putin, Le Pen, Modi, Zuma e Trump – todos eles parecem ser cortados de um pano nacionalista, xenófobo e autoritário semelhante. O triunfo de Trump deu nova energia aos movimentos não liberais e às ditaduras de direita. Sem dúvida, essa reação política tem sido erigida por décadas enquanto que as democracias liberais têm impulsionado uma terceira onda de reestruturação do capital, com sua precariedade, exclusão e desigualdade. A virada fascista dos anos 1920 e 1930, por exemplo, um precursor dos dias de hoje, seguiu à risca a reestruturação de segunda onda. Ela entrou em colapso com a Segunda Guerra Mundial. Mas, podemos ter tanta certeza de que essa nova rodada de reação política será derrotada? Quão fortes são as instituições liberais da democracia atual? Os primeiros dias da administração Trump sugerem que elas são resilientes em face de uma barragem de ordens executivas. O artigo de Portocarrero e Lara García aponta a universidade como um desses espaços de resistência.

E em relação a outros países? Nesta edição, Walden Bello descreve as atrocidades do presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, cuja ascensão ao poder pode ser rastreada nos fracassos da democracia liberal, sobretudo após o derrocada do regime de Marcos – fracassos expressos em descarada corrupção política, crescente desigualdade - agravada ainda pela subjugação aos EUA no que tange à política internacional. Essa reação política às falhas da democracia liberal pode ser de caráter populista, e até mesmo protegendo os interesses das classes dominantes, enquanto que demoniza uma parte estigmatizada da população – usuários e traficantes de drogas –, assim como Erdogan tem demonizado os curdos, Trump, os imigrantes, e o fascismo alemão, como se sabe, demonizou os não-arianos. De fato, o relato de Bello a partir de paralelos com o fascismo alemão é muito convincente.

O Paquistão é outro país em que o domínio militar não é estranho, onde os apelos populistas acompanham a concentração do poder econômico. A sociologia paquistanesa é uma iniciativa restrita, mas inovadora e bastante crítica, como vemos nesta edição, com artigos sobre a forma como o desenvolvimento da infraestrutura beneficia corporações multinacionais, como os países do Golfo controlam corpos para selecionar os migrantes paquistaneses mais produtivos, e como a entrada feminina na força de trabalho faz pouco para deter a violência de gênero. Temos também dois estudos de paquistaneses no Reino Unido, que tratam de mudanças nas relações maritais de imigrantes paquistaneses e como os estudantes muçulmanos lidam com o fato de serem, eles próprios, alvos da securitização. Juntos, os cinco estudos de caso desenvolvem uma verdadeira sociologia pós-colonial da subjugação que transcende as fronteiras nacionais.

Muito diferente é a sociologia, digamos, mais otimista do Canadá, ligada a questões como imigração e justiça ambiental. A sociologia canadense está muito mais ligada ao mundo das políticas. Apesar dos palavrões derogatórios do ex-primeiro-ministro Stephen Harper, os sociólogos canadenses têm uma recepção, na sociedade em geral, comparativamente amigável. Seu tom desanimado reflete apenas suas altas expectativas de um estado ainda socialdemocrata.

Se há um sociólogo que capturou o significado desta nossa era é, sem dúvida, Zygmunt Bauman, que tristemente morreu aos 91 anos. Nossos três memorialistas descrevem sua vida extraordinária, que fora informada por uma poderosa visão moral e atada, ainda, a uma certa utopia cética. Sua sociologia inspiradora viverá por décadas.

> **O Diálogo Global pode ser encontrado em 17 idiomas no [website da ISA](#)**

> **Submissões devem ser enviadas a burawoy@berkeley.edu**



Walden Bello, acadêmico comprometido, ativista político e sociólogo global descreve o novo regime do presidente filipino Rodrigo Duterte.



Paquistão: sociologia transnacional e engajada da Universidade de Ciências Administrativas de Lahore.s



Zygmunt Bauman: homenagem a um dos grandes sociólogos de nosso tempo.



Canadá: sociologia impenitente e influente de todas as partes do país.



O Diálogo Global é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editor Associado: Gay Seidman.

Editores Executivos: Lola Busuttill, August Bagà.

Conselho Editorial:

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchiyan, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalon, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Argentina:

Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Bangladesh:

Habibul Haque Khondker, Hasan Mahmud, Juwel Rana, US Rokeya Akhter, Toufika Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Helal Uddin, Muhaimin Chowdhury.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Benno Alves, Julio Davies.

Índia:

Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Pragya Sharma, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

Indonésia:

Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Mina Azizi, Mitra Daneshvar, Vahid Lenjanzade.

Japão:

Satomi Yamamoto, Miki Aoki, Masataka Eguchi, Mami Endo, Akane Higuchi, Yuka Hirano, Hikaru Honda, Yumi Ikeda, Izumi Ishida, Aina Kubota, Yuna Nagaye.

Casaquistão:

Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Gani Madi, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel.

Polónia:

Jakub Barszczewski, Katarzyna Dębska, Paulina Domagalska, Adrianna Drozdowska, Łukasz Dulniak, Jan Frydrych, Krzysztof Gubański, Kinga Jakiela, Justyna Kościńska, Kamil Lipiński, Mikolaj Mierzejewski, Karolina Mikolajewska-Zajac, Adam Müller, Zofia Penza, Teresa Teleżyńska, Anna Wandzel, Jacek Zych, Łukasz Żołądek.

Romênia:

Cosima Rughiniş, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Costinel Anuţa, Maria-Loredana Arsene, Tatiana Cojocari, Andrei Dobre, Diana Alexandra Dumitrescu, Iulian Gabor, Rodica Liseanu, Mădălina Manea, Mihai-Bogdan Marian, Andreea Elena Moldoveanu, Rareş-Mihai Muşat, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Ion Daniel Popa, Diana Pruteanu Szasz, Eliza Soare, Adriana Sohodoleanu.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Asja Voronkova.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Gül Çorbacıoğlu, Irmak Evren.

Consultor de mídia: Gustavo Taniguti.

> Nesta edição

Editorial: A sociologia na era da reação **2**

A revolta de Rodrigo Duterte contra a democracia liberal
Por Walden Bello, Filipinas **4**

> A SOCIOLOGIA DO PAQUISTÃO

A vigilância médica da migração no golfo
Por Ayaz Qureshi, Paquistão **7**

Participação econômica e violência contra a mulher
Por Nida Kirmani, Paquistão **9**

Divórcio na diáspora
Por Kaveri Qureshi, Paquistão **11**

Islamofobia e a agenda de segurança britânica
Por Tania Saeed, Paquistão **13**

A política da infraestrutura
Por Amen Jaffer, Paquistão **15**

> EM MEMÓRIA

A visão moral de Zygmunt Bauman
Por Peter McMyler, Reino Unido **17**

Zygmunt Bauman, o utópico cético
Por Maciej Gdula, Polónia **19**

Lembrando Zygmunt Bauman
Por Peter Beilharz, Austrália **21**

> A SOCIOLOGIA DO CANADÁ

A sociologia em tempos não-sociológicos
Por Howard Ramos, Rima Wilkes, e Neil McLaughlin, Canadá **23**

Exercendo a sociologia nas políticas públicas
Por Daniel Béland, Canadá **25**

A não-cidadania precária no Canadá
Por Patricia Landolt, Canadá **27**

Empenhando a sociologia através da justiça ambiental
Por Cheryl Teelucksingh, Canadá **29**

A sociologia em um tempo (praticamente) como nenhum outro
Por Karen Foster, Canadá **31**

Envolvendo a mídia em tempos difíceis
Por Fuyuki Kurasawa, Canadá **33**

> COLUNAS ESPECIAIS

As universidades dos EUA: um novo local para as lutas de imigrantes?
Por Sandra Portocarrero e Francisco Lara García, EUA **35**

Apresentando a equipe editorial argentina
Por Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig e Martín Urtasun, Argentina **37**



> A revolta de Rodrigo Duterte contra a democracia liberal

Por **Walden Bello**, Universidade Estadual de Nova Iorque, em Binghamton, e ex-membro da Câmara dos Deputados das Filipinas.

Com a vitória da contrarrevolução nazista, Joseph Goebbels declarou: “O ano de 1789 está, a partir daqui, erradicado da história”. Poder-se-ia argumentar, nesse sentido, que os movimentos fascistas nos EUA, na Europa e em outros lugares procuram apagar 1989 da história?

1789 anunciou a chegada da Revolução Francesa. Da mesma forma, para Francis Fukuyama e outros intelectuais, 1989 marcou o apogeu da democracia liberal. O que Fukuyama chamou de “fim da história”, a derrota do comunismo na Europa e dos regimes autoritários de direita em todo o mundo em desenvolvimento, marcou “uma vitória descarada do liberalismo econômico e político [...] e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final de governo humano”.

A utopia nascente de Francis Fukuyama foi logo desafiada por movimentos antiliberais, principalmente forças políticas inspiradas religiosamente, como o Islã, no Oriente Médio, e outras forças étnicas exclusivistas na Europa Oriental. Mas nenhum movimento ou indivíduo tem sido mais descaradamente desdenhoso dos ideais democráticos liberais do que Rodrigo Duterte, eleito presidente das Filipinas em maio de 2016 por um movimento eleitoral insurgente.

> Eliminacionismo

O programa-chefe de Duterte tem sido sua guerra contra as drogas, que apenas em nove meses já matou quase 8 mil pessoas. Não se trata

de uma campanha ordinária de lei e ordem. Realizada com um fanatismo que se aproxima do ideológico e se justifica em ideias que lembram a teoria racial nazista pseudocientífica, a campanha de Duterte despojou todo um setor da sociedade de seu direito à vida, do devido processo ou de cidadania social. Duterte tem inscrito quase todos os usuários e traficantes de drogas – um grupo que ele dizia incluir três milhões da população de um país de 103 milhões – fora da raça humana. Com um típico florescimento retórico, ele vem dizendo às forças de segurança: “Crime contra a humanidade? Em primeiro lugar, eu gostaria de ser franco com vocês: eles são humanos? Qual é a sua definição de ser humano?”.

Justificando as mortes mediante a retórica da “legítima defesa” da polícia, Duterte insiste que usar o “shabu” – o termo local para metanfetaminas ou cloridrato de metanfetamina – pode “encolher o cérebro de uma pessoa, que, portanto, não é mais viável para a reabilitação”. Chamando os usuários de drogas de “zumbis” que “não têm utilidade para a sociedade”, ele insiste que eles são “paranoicos” e socialmente perigosos. Duterte ofereceu à polícia um cheque em branco para matar usuários de drogas, mesmo que não resistam à prisão. De fato, a qualquer policial que pudesse ser condenado por matar usuários de drogas sem justificativa, ele ofereceu um perdão imediato, “para que você possa ir atrás das pessoas que o levaram ao tribunal”.

Apesar, ou em função, dessas opiniões, Duterte – que depois de tudo



O vingador do velho estilo Rodrigo Duterte, também conhecido como “DU30” (pronunciado “du-terte”) ou “The Punisher”. Ilustração por Arbu.

prometeu durante sua campanha que “engordaria os peixes” da Baía de Manila com corpos de milhares de criminosos – permanece imensamente popular, com classificações de aprovação pairando em torno de 83%, e com um seguimento fanático de internautas que lançam ataques cibernéticos a pessoas que se atrevem a criticar as execuções extrajudiciais de seu regime.

> As raízes do dutertismo

Quais são as raízes desse apelo massivo a Duterte? É verdade que sua identificação dos usuários de drogas como a praga da sociedade ressoa amplamente. Mas há causas mais profundas. O domínio

>>

de Duterte sobre a sociedade refletiu um profundo desencanto com o regime liberal-democrata que se seguiu a queda de Ferdinand Marcos, em fevereiro de 1986, a chamada “Revolução do Poder Popular” [EDSA Uprising]. De fato, o fracasso da “República Popular da EDSA” – nomeada por conta da rodovia de Manila onde os protestos de massa estiveram mobilizados para derrubar a ditadura de Marcos – foi uma condição para o sucesso de Duterte.

O caminho de Duterte foi pavimentado por uma mortal combinação entre o controle da elite do sistema eleitoral filipino, a concentração contínua de riqueza, políticas econômicas neo-liberais e a insistência de Washington no pagamento da dívida externa. Na época das eleições de 2016, havia uma lacuna enorme entre a promessa da EDSA de empoderamento popular e redistribuição da riqueza e a realidade empírica nas Filipinas: pobreza maciça, desigualdade escandalosa e corrupção generalizada. Acrescentou-se a isso a percepção generalizada de governança inepta durante a administração do presidente Benigno Aquino III; e não é de se estranhar que mais de 16 milhões de eleitores, ou seja, cerca de 40% do eleitorado, viam a abordagem autoritária e violenta que Duterte cultivava por 30 anos como prefeito da cidade fronteiriça do sul de Davao, como precisamente o que o país precisava. Como disse o romancista Anthony Doerr sobre os alemães anteriores à guerra, os filipinos estavam “desesperados por alguém que pudesse corrigir as coisas”.

Além disso, o discurso da República da EDSA – democracia, direitos humanos e estado de direito – passou a parecer uma camisa de força sufocante para muitos filipinos oprimidos por um sentimento de impotência. O discurso de Duterte – uma mistura de ameaças de morte definitivas, linguagem grosseira de canto de rua e maledicências desvairadas, combinados ainda com um humor desdenhoso dirigido a uma elite que ele chamou de “coños” ou putos – provou ser uma

fórmula estimulante para seu público, que se sentia liberado de sufocar a hipocrisia.

> Um fascista original

A campanha de extermínio de Duterte, sua mobilização de uma base multi-classista e sua concentração de poder deixaram em frangalhos a separação de poderes das Filipinas. Essas características de seu reinado o marcam como um fascista – mas de um tipo bastante incomum. Se a tomada de poder fascista convencional começa por violar as liberdades civis, move-se para a usurpação do poder absoluto e, em seguida, para a repressão indiscriminada, Duterte inverte a ordem, primeiro ordenando assassinatos por atacado e reduzindo os ataques às liberdades civis e investidas ao poder absoluto antes de demonstrar suas operações na arena política, sem, no entanto, enfrentar oposição significativa. Isso é o chamado fascismo de ataque-relâmpago [blitzkrieg].

Outra característica distintiva da abordagem de Duterte tem sido seu convite aos políticos esquerdistas tradicionais para que trabalhem em sua administração, uma coalizão que teria sido inimaginável nos regimes fascistas mais clássicos. Em vez de tratar a esquerda como seu inimigo implacável, Duterte está confiante de que ele pode controlá-la; enquanto isso, o Partido Comunista e a Frente Democrática Nacional têm se sentido muito felizes em entrar para sua administração, na esperança de reverter anos de influência decrescente.

Apesar de ser um novato em política externa, Duterte tem demonstrado uma compreensão instintiva da dinâmica do nacionalismo filipino. Movimentos como o de chamar o ex-presidente dos EUA Obama de “filho da puta” – depois que o então presidente norte-americano criticou as execuções extrajudiciais de Duterte e sua abertura para com a China – pareciam politicamente arriscados, considerando que o pró-americanismo é

algo profundamente enraizado nas Filipinas. Surpreendentemente, no entanto, os movimentos de Duterte provocaram muito pouco protesto; pelo contrário, geraram muito apoio na Internet. Como muitos observaram, os filipinos comuns podem sentir admiração pelos EUA e pelas instituições norte-americanas, mas há também uma forte corrente de ressentimento com a subjugação colonial norte-americana nas Filipinas, com os tratados desiguais que Washington impôs ao país e com o impacto irresistível do “estilo de vida americano” na cultura local. Aqui, não é preciso mergulhar na complexa dialética do empregado-mestre de Hegel para entender que a “luta pelo reconhecimento” tem sido uma subcorrente na relação entre os EUA e as Filipinas. Duterte tem sido capaz de tocar nesse lado inferior emocional dos filipinos de uma forma que a esquerda não tem. Como muitos predecessores autoritários em outros lugares, Duterte tem sido capaz de unir efetivamente nacionalismo e autoritarismo.

> Populista na retórica, fascista em substância

Embora grande parte de sua retórica seja populista, Duterte não dá sinais de que vai usar as massas como justificativa para a reforma redistributiva. Pelo contrário, como os fascistas clássicos, ele procura equilibrar as forças sociais ao projetar uma imagem de estar acima do conflito de classe. Durante sua campanha, Duterte prometeu acabar com o trabalho contratual, conter a indústria de mineração e transferir para os pequenos fazendeiros de coco os impostos injustamente cobrados pelo regime de Marcos. No entanto, essas promessas permaneceram em grande medida descumpridas, enquanto as principais elites do país se posicionaram como seus aliados. Porém, embora a longo prazo a realização de reformas sociais e econômicas seja fundamental para manter o apoio ao seu projeto autoritário, a falta de progresso até então parece improvável que prejudique a

popularidade de Duterte a curto ou médio prazo.

Por enquanto, a oposição a Duterte entre as instituições de elite e do Estado é fraca. Da mesma forma, a hierarquia da Igreja Católica, antes forte defensora dos direitos humanos, hesitou em assumir um líder popular; inclusive, a Igreja carece de credibilidade devido à corrupção interna e à sua posição inflexível acerca do planejamento familiar. O que há de oposição vem de figuras isoladas – incluindo a senadora Lila de Lima, agora presa sob falsas acusações de que ela estaria na folha de pagamento dos barões da droga; de uma fração da mídia; e de grupos de direitos humanos, como a coalizão I-Defend.

> Duterte, a sociedade filipina e a sociologia

Duterte pode ser politicamente compreensível, mas sua personalidade e suas contradições têm atraído muito o interesse dos cientistas sociais. Alguns questionaram sobre a intersecção das tendências sócio-históricas e de sua personalidade. Um desenho de perfil recente feito pelo *The New York Times* descreveu como ele foi muito afetado quando um padre jesuíta o molestara sexualmente no colégio – uma revelação que Duterte havia levantado durante a campanha eleitoral de 2016. Mais tarde transferido para Los Angeles, o padre ofensor passara a abusar sexualmente de crianças, sem nenhum esforço por parte de seus superiores para discipliná-lo ou entregá-lo à justiça (embora os jesuítas tenham sido finalmente obrigados a pagar um acordo de US\$16 milhões para as vítimas).

Dado o dano psicológico que provavelmente infligiu Duterte, as Filipinas estão agora pagando pelos crimes de um predador de crianças?

Os sociólogos também podem se perguntar, através das palavras do filósofo John Gray, como “o que vemos como as características inalteráveis da vida civilizada desaparecem em um piscar de olhos”. Especialmente após o levante da EDSA, de 1986, as Filipinas foram consideradas como uma vitrine da democracia liberal. Muitos argumentaram que, ao derrubar Marcos, os filipinos reafirmaram valores de longa data que haviam sido internalizados durante o período colonial americano, dos direitos individuais, do devido processo e da democracia. A constituição liberal-democrática da República da EDSA parecia cristalizar esses valores políticos nacionais. Mas, de repente, em menos de um ano, a maioria dos filipinos passa a expressar forte apoio a um homem cuja agenda central é a execução extrajudicial de uma determinada categoria de seres humanos. Muitos, inclusive, têm servido como “carrascos por vontade própria” de Duterte, para emprestar a descrição de Daniel Goldhagen sobre os alemães colaboracionistas durante a era nazista, ou pelo menos como seus “cúmplices voluntários”. Para alguns, ver muitos compatriotas aplaudindo Duterte em sua sangrenta campanha é inexplicável, trágico. Para outros engajados nas ciências comportamentais, no entanto, parece tempo de questionar o pressuposto de que nosso povo é constituído de seres civilizados e criaturas com compaixão. Em vez disso, talvez devamos abordar a sociedade filipina contemporânea

com a mesma lente que Goldhagen propôs para estudar a Alemanha durante o período nazista:

[...] esse período pode ser abordado [...] com o olhar crítico de um antropólogo desembarcando em costas desconhecidas, aberto a encontrar uma cultura radicalmente diferente e consciente da possibilidade de precisar de explicações desacordantes, talvez até mesmo violando suas próprias noções de senso comum, a fim de explicar a constituição da cultura, seus padrões idiossincráticos de prática e seus projetos e produtos coletivos. Isso admite a possibilidade de um grande número de pessoas [...] ter matado ou estar disposto a matar outros [...] em boa consciência.

> Genocídio comparativo

Enquanto isso, a contagem de corpos continua a subir. A guerra de Duterte contra a droga já causou mais vítimas do que a maioria das campanhas genocidas na história recente do sudeste asiático, atrás apenas do extermínio de Pol Pot de quase 3 milhões de cambodjanos na década de 1970 e do massacre de quase 1 milhão de indonésios após um fracassado golpe contra o governo de Sukarno. Recentemente, Duterte disse ao país, com humor caracteristicamente sinistro, que cerca de 20.000 a 30.000 vidas adicionais poderiam ter sido tomadas para limpar o país de vez das drogas. Tendo aprendido a tomar Duterte seriamente, mesmo quando ele parece estar brincando, muitos observadores esperam que esse número seja apenas uma subestimação. ■

Contato com Walden Bello
<waldenbello@yahoo.com>

> A vigilância médica da migração no golfo

Por **Ayaz Qureshi**, Universidade de Ciências Administrativas de Lahore, Paquistão



Em Peshawar, candidatos a migrantes fazem fila na parte de fora de um Centro de triagem médica. Foto por Ayaz Qureshi.

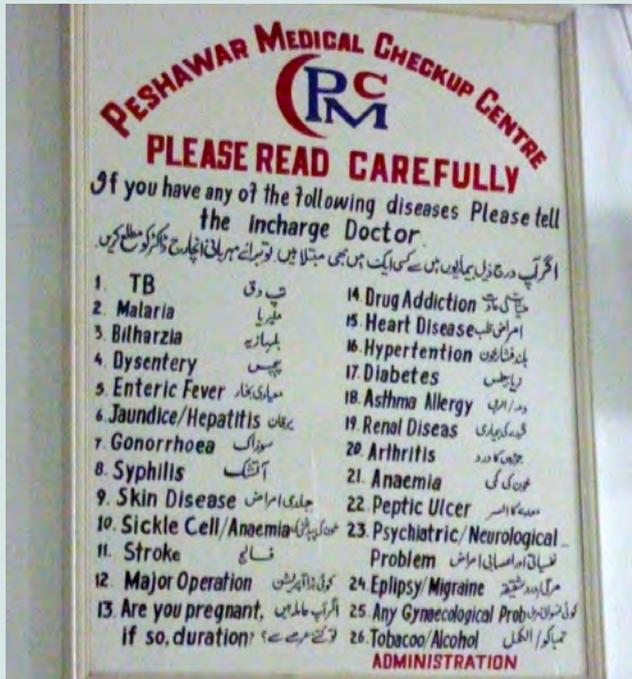
Ao longo das últimas três décadas, na medida em que mais e mais países em desenvolvimento enviaram seus cidadãos para o exterior, os cidadãos paquistaneses foram sendo recrutados como trabalhadores para países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – Barém, Kuwait, Catar, Omã e os Emirados Árabes Unidos. Mas, para ser concedido um visto para o CCG, os trabalhadores migrantes são obrigados a produzir certificados de saúde no momento de sua partida do Paquistão – certificados que só podem ser obtidos por centros de triagem médica aprovados pelo CCG. As multidões de imigrantes aspirantes atravessam esses centros de triagem médica aprovados, localizados em algumas grandes cidades, onde são examinados e testados em relação a deformidades ou doenças. Somente são selecionados os corpos que não têm nenhum traço de doença ou infecção, passada ou presente, e aqueles sem sinais de fraqueza física.

Os Estados que compõem o CCG não têm dúvidas em exigir que os países emissores chequem as centenas e milhares de aspirantes à migração e selecionem apenas os

melhores corpos. Países como o Paquistão, por exemplo, que competem por remessas ao Golfo com seus vizinhos, Índia, Bangladesh e Sri Lanka, e gigantes regionais como a Malásia, não se atrevem a objetar. Embora o governo do Paquistão aprecie os trabalhadores migrantes como bens econômicos valiosos em função das remessas que enviam – descrevendo-os como embaixadores informais que têm a responsabilidade moral de permanecer fiel à sua identidade muçulmana e paquistanesa –, os cidadãos paquistaneses nos países da CCG recebem pouco apoio significativo das missões diplomatas que os recebem – missões estas que estão sempre ansiosas para aumentar a quota de visto para Paquistaneses nos países da CCG.

Histórias de irregularidades nesses centros e práticas abusivas no processo de triagem são abundantes. A maioria dessas histórias transmite um sentido de exploração dos migrantes aspirantes, uma frustração com os resultados da triagem, que muitas vezes são provados errados por outros laboratórios privados ou governamentais, bem como uma sensação de abandono pelo Estado nas mãos de negociatas que os declaram “adequados” ou “inaptos” para a migração.

>>



Em Peshawar, um cartaz em um centro de triagem médica para candidatos a migrantes. Foto por Ayaz Qureshi.

Juntos, os centros formam um cartel bastante forte, com associações regionais e centrais de Centros Médicos Aprovados pelo Golfo, que cuidam dos interesses comerciais de cada um de seus membros, mantendo o monopólio sobre o processo de triagem, desautorizando a concorrência entre os membros mediante a distribuição igualitária e protegendo os funcionários do centro contra possíveis ataques de indivíduos declarados clinicamente “impróprios” para a migração – ou, ainda, as tentativas dos departamentos governamentais do Paquistão de regulá-los. As normas de triagem são estabelecidas pelo secretariado do CCG na Arábia Saudita, e as condições dos centros de triagem – o equipamento de laboratório, o espaço e o pessoal – também devem ser monitoradas pelo secretariado do CCG através de inspeções anuais.

Ao contrário dos exemplos clássicos de rastreamento médico de migrantes no ponto de entrada, como em Ellis Island e Angel Island, nos Estados Unidos, a triagem de trabalhadores migrantes paquistaneses para o CCG ocorre no próprio Paquistão. E embora essa forma de rastreamento médico seja menos visível do que os processos de testes frequentemente criticados que são utilizados em locais como Ellis Island, essa forma de rastreamento médico é igualmente invasiva.

Com medo de não passar nesses processos de triagem, alguns aspirantes ao trabalho migrante caem nas mãos de traficantes exploradores, que têm (ou pretendem ter) conexões com aqueles que trabalham dentro dos centros de triagem. Outros, que não conseguem obter certificados de saúde mesmo através desses meios informais, tentam diferentes canais de migração, muitas vezes caindo na armadilha da migração ilegal por terra, aérea e marítima.

Mesmo depois de obter uma rubrica de “saúde limpa” – às vezes após várias rodadas de testes e com grande custo financeiro –, outra etapa de rastreamento médico é necessária quando o migrante chega na região do Golfo. Todos os trabalhadores que falham nesse último teste são enviados de volta para casa. Se são autorizados a entrar no CCG, eles devem passar por exames médicos anuais abrangentes para renovar sua permissão de estadia.

Ironicamente, evidências epidemiológicas sugerem que os migrantes desenvolvem infecções como Tuberculose e HIV durante sua permanência nos países de destino – como atestam as políticas de testes obrigatórios anuais que são condições prévias para a renovação das licenças de trabalho no CCG, sobretudo devido às árduas condições de trânsito e trabalho nas quais eles se acham. Por exemplo, no caso da transmissão do HIV, é sobretudo por causa da falta de cidadania econômica e cultural que os deixa vivendo em campos de trabalho apertados e com poucas maneiras de desfrutar de prazeres, além do uso de profissionais do sexo.

Qualquer pessoa identificada como soropositiva, em qualquer fase, é detida e deportada, às vezes sem informar aos indivíduos ou a missão diplomática do seu país sobre o motivo real da deportação. Alguns trabalhadores foram enviados de volta com uma “licença surpresa” por seus empregadores, e nunca mais foram chamados de volta. Alguns desses repatriados não foram sequer autorizados a recolher os seus pertences, liquidar seus negócios com co-residentes ou trabalhadores, ou mesmo ter de volta seus passaportes ou acessar os salários pendentes dos empregadores antes de serem levados para os lotados centros de detenção. Muitos voltam ao Paquistão com apenas um passaporte de emergência de uma página como prova de identidade; alguns são, então, detidos pelas autoridades de imigração para confirmar a sua cidadania paquistanesa, um processo que pode durar semanas, terminando apenas quando membros da família encontram um patrono local para garantir a libertação do seu filho.

O mundo está vendo mais e mais protestos sobre direitos em relação à “cidadania da saúde”, isto é, como as pessoas solicitam que seus governos forneçam acesso aos cuidados de saúde, desafiando as maneiras insidiosas em que as práticas médicas e os diagnósticos têm sido utilizados para limitar os direitos dos indivíduos. No Paquistão, entretanto, os trabalhadores migrantes não mostraram até agora nenhum sinal de que estão prontos para se mobilizar ou se engajar nesse tipo de ação coletiva, e o governo continua cooperando com os Estados do CCG, deixando seus agentes disporem de potenciais migrantes como gado a serem escolhidos com base na sua saúde. ■

Contato com Ayaz Qureshi <ayaz.qureshi@lums.edu.pk>

> Participação econômica e violência contra as mulheres

Por **Nida Kirmani**, Universidade de Ciências Administrativas de Lahore, Paquistão



Mulheres Karachi envolvidas no comércio.
Foto por Nida Kirmani.

As agências de desenvolvimento e as instituições financeiras internacionais argumentam que o aumento da participação econômica das mulheres levará ao crescimento econômico e ao empoderamento feminino – ou se-ja, a uma situação em que todos os envolvidos ganham. Além disso, assume-se, muito frequentemente, que as mulheres economicamente ativas estarão menos vulneráveis à violência de gênero.

Baseado no trabalho de campo que fiz em Lyari, no Paquistão – um dos assentamentos mais antigos da classe trabalhadora de Karachi –, minha pesquisa testa esses pressupostos contra uma realidade mais complexa. Com apenas 22% das mulheres em trabalho remunerado, o Paquistão tem uma das menores taxas de participação feminina no mercado de trabalho. O local onde se desenvolve meu trabalho de campo, Lyari, reflete estatísticas de nível nacional; só que, enquanto a maioria das mulheres empregadas no Paquistão trabalham na agricultura, a maioria das mulheres trabalhadoras de Lyari desempenham a função de empregadas domésticas com baixa remuneração em áreas mais abastadas da cidade ou, então, de professoras em escolas públicas e privadas. Ainda que a taxa de emprego remunerado entre as mulheres possa ser baixa, há um aumento dramático em relação às gerações anteriores – mesmo que os postos de trabalho disponíveis para as mulheres na economia neoliberal de hoje sejam, geralmente, de baixos salários, muito inseguros e não regulamentados.

Mas ser “economicamente ativa” não se traduz necessariamente em

“empoderamento”. Como argumenta Naila Kabeer, as forças de mercado reproduzem, frequentemente, a desigualdade de gênero por meio de salários e práticas de contratação desiguais. Da mesma forma, enquanto os formuladores de políticas, repetidas vezes, assumem que o engajamento econômico daria às mulheres controle sobre suas próprias rendas ou, então, acesso à assistência social e jurídica, e que uma maior independência financeira permitiria que as mulheres saíssem de relacionamentos abusivos, a realidade é mais complicada do que isso. Os efeitos da participação econômica das mulheres dependem da natureza de seu emprego, das relações de poder dentro de suas famílias e da dinâmica no interior de suas respectivas comunidades.

Ter renda protege as mulheres da violência de gênero – estima-se que a violência de gênero afete entre 39% e 90% de todas as mulheres casadas no Paquistão, com a grande maioria desses casos não sendo declarado? As mulheres que trabalham são mais capazes de resistir a formas comuns de exploração econômica ou material por parte de empregadores que pagam a essas mulheres salários mais baixos ou que lhes negam totalmente o pagamento? As mulheres que ganham salários adquirem maior controle sobre os recursos da família ou sobre seus próprios ganhos?

Minhas discussões com as mulheres em Lyari revelam uma relação complexa entre o emprego remunerado das mulheres e as experiências de violência doméstica. Para algumas, ganhar uma renda forneceu-lhes a capacidade de deixar ou, pelo menos, de imaginar-se deixando um casamento abusivo. Porém, mesmo para os assalariados, a pressão social de permanecer ali – especialmente, se há crianças envolvidas – continua

sendo um poderoso impedimento para que elas deixem um casamento violento.

Muitas mulheres descreveram a dupla jornada de trabalho remunerado e de responsabilidades domésticas, em si, como uma forma de violência: o trabalho remunerado, às vezes, aumentava as tensões domésticas, já que mesmo os homens desempregados esperavam comumente que suas esposas cumprissem responsabilidades domésticas. A maioria das mulheres em empregos mal remunerados até ficavam em casa se pudessem pagar, e algumas ressentiam-se do fracasso de seus maridos em apoiá-los financeiramente. Mas ainda que algumas mulheres reconheceram que o ordenado oferecia a elas algum nível de independência, e mesmo que algumas tenham dito que gostavam de estar longe de casa, a maioria das mulheres prefeririam não ter que enfrentar o duplo fardo de ganhar um salário e cuidar da família.

Para o punhado de mulheres que tinham formas de emprego mais remuneradas e mais seguras, a atividade econômica era enquadrada como escolha, não como necessidade, e também como fonte de realização pessoal. No entanto, isso não veio sem custos sociais e psicológicos: as mulheres que trabalhavam fora de casa antes do casamento – especialmente, se viajavam para fora de seu bairro e ganhavam relativamente bem – estavam, muito frequentemente, sujeitas a fofocas, desaprovação e desprezo sociais, o que causava grande sofrimento emocional para elas, ameaçando sua reputação e colocando a capacidade de encontrar um marido em risco.

Em tom positivo, a pesquisa revelou uma mudança geracional. Muitas

mulheres mais velhas falaram sobre permanecer em casamentos violentos, enquadrando o sofrimento como marca de paciência e virtude. No entanto, as mulheres mais jovens expressaram, muitas vezes, desaprovação em relação à violência, sugerindo que deveriam abandonar casamentos abusivos, de modo a retornar às suas casas natais ou, mais raramente, a estabelecer um lar independente. Enquanto o divórcio ainda é desaprovado, e muitas mulheres ainda sentem pressão para permanecer dentro de casamentos violentos, mais e mais mulheres parecem estar formulando estratégias de resistência dentro de circunstâncias restritas. Certamente, o acesso a uma renda independente ajuda as mulheres a deixar seus casamentos violentos, mesmo que não garanta que elas possam fazê-lo de fato.

No geral, minha pesquisa sugere que o engajamento econômico das mulheres não garante em si o empoderamento. Embora possa reforçar uma posição de negociação por parte das mulheres, a empregabilidade externa vem com alguns custos. As mulheres no Paquistão estão a entrar no mercado de trabalho em maior número somente agora, mas o fazem em um momento em que existem poucas opções disponíveis de emprego bem remunerado e seguro. Para realmente capacitar as mulheres, o emprego deve vir acompanhado de mudanças estruturais mais amplas: as mulheres precisam de trabalhos bem remunerados e seguros; as relações de poder de gênero dentro do lar e da comunidade também devem mudar para que, assim, as responsabilidades domésticas sejam compartilhadas com os homens; o aumento da mobilidade e da independência das mulheres devem ser amplamente aceitos. ■

Contato com Nida Kirmani
<nida.kirmani@lums.edu.pk>

> Divórcio na diáspora

Por **Kaveri Qureshi**, Universidade de Ciências Gerenciais de Lahore, Paquistão



Um casamento paquistanês no Reino Unido, a noiva espera apreensivamente pelo noivo. Foto de Kaveri Qureshi.

Sukaina, trinta e oito anos, é uma londrina de origem paquistanesa. Casada aos dezoito anos com um primo de Lancashire, aos vinte e tantos Sukaina tinha três filhos. Mas antes do terceiro filho nascer, seu casamento ia irreparavelmente mal. Seu marido começou a trabalhar como motorista de táxi. Com os horários de trabalho irregulares e a liberdade de movimento, que fazem parte da profissão, ele acabou reatando uma relação anterior com uma namorada britânica branca, voltou a beber e, de acordo com Sukaina, começou a usar drogas mais pesadas. Ela evitou comentar com seus pais sobre o problema por seis meses porque “*para a minha família, foi a realização de um sonho – ‘ela casou com alguém da família, eles estão felizes, têm três filhos*

lindos e tudo é perfeito.’ Eu não queria fazê-los sofrer.” Mesmo quando ela resolveu pedir ajuda a seus pais, levou mais dois anos para deixar a casa dos sogros em Lancashire e voltar para Londres, e mais dois até que pedisse divórcio.

Os paquistaneses britânicos, como outras famílias de origem sul-asiática, são vistos há muito tempo como bastiões da família tradicional, com casamento quase universal e poucos divórcios. Histórias como a de Sukaina têm permanecido invisíveis, escondidas atrás de estereótipos normativos que falam sobre “fortes valores familiares.” Pessoas de fora descrevem com frequência as famílias paquistanesas britânicas em termos semelhantes.

>>

Em 2007, depois de passar dois dias com uma família paquistanesa em Birmingham, o então líder conservador David Cameron elogiou a família asiático-britânica como “incrivelmente forte e coesa”. Ele disse, ainda: “No final das contas, fiquei imaginando se não são os britânicos que deveriam se integrar mais ao estilo de vida asiático-britânico, e não o contrário”.

A partir de dados da *Quarta Pesquisa Nacional de Minorias Étnicas*, realizada na metade dos anos 1990, o sociólogo quantitativo Richard Berthoud descobriu uma taxa de separação e divórcio de apenas 4% entre os britânicos sul-asiáticos, menos da metade daquela dos adultos britânicos brancos (9%) e menos de um quarto da taxa dos adultos caribenhos negros (18%). Para Berthoud, os sul-asiáticos seriam “antiquados,” “leais à história e às tradições das suas comunidades” e resistentes à tendência para a individualização. No entanto, dados da *Pesquisa Quadrienal sobre a Força de Trabalho 2010-2013* mostram que hoje, entre as pessoas que já casaram, cerca de 10% dos paquistaneses muçulmanos e indianos sikh no Reino Unido são separados ou divorciados, assim como 8% dos bengalis muçulmanos, 7% dos indianos muçulmanos e 6% dos indianos hindus – comparado a 20% dos britânicos brancos, 27% dos caribenhos negros e 23% dos adultos multiétnicos. Ainda que os sul-asiáticos continuem menos propensos do que outros adultos vivendo no Reino Unido a declarar aos pesquisadores que seus casamentos tenham se desfeito, os divórcios aumentaram entre os muçulmanos paquistaneses e bengalis, bem como entre os indianos sikhs, chegando a um nível próximo ao existente entre os britânicos brancos vinte anos atrás, em meados dos anos 1990 – época em que a preocupação de Anthony Giddens com a “sociedade da separação e do divórcio” alçou o tema ao debate público.

Com base em pesquisa etnográfica realizada nos períodos 2005-7 e 2012-14 em Londres e na cidade de Peterborough, no interior, sustento que o aumento dos divórcios está alterando a vida familiar na diáspora paquistanesa, a começar por números cada vez maiores de homens e até de mulheres que resistem às pressões para se casar novamente. Das 52 pessoas divorciadas que entrevistei, 30 tinham se casado novamente no final da pesquisa de campo, mas 22 não tinham e, dessas, apenas 6 eram homens. Sukaina, por exemplo, resolveu não se casar depois do divórcio e insistiu que queria permanecer assim. Ela sofreu de depressão por vários anos, mas, com a ajuda de seus irmãos, conseguiu completar um curso de educação para adultos, se formar como assistente de ensino e começar a trabalhar, suplementando e eventualmente deixando a maioria dos benefícios sociais dos quais dependia. Não sendo mais a boa nora que seus pais a criaram para ser, Sukaina ignorou por anos a pressão deles para se casar novamente. “No começo, eu odiava os homens,

realmente os detestava, não aguentava olhar para eles ou sentir seu cheiro”, ela disse. Algumas pessoas divorciadas me disseram que se casaram novamente principalmente para que seus filhos tivessem uma família “adequada,” mas no caso de Sukaina, assim com em muitos outros, o receio de introduzir um padrasto em sua família já tão fragilizada foi um fator importante para impedi-la de se casar de novo.

Se, agora, algumas mulheres e homens preferem ficar sem se casar depois do divórcio, aqueles que se casam de novo são mais inclinados a escolher seus próprios parceiros. Dos 67 casamentos de primeira viagem descritos pelos meus informantes, 58 foram arranjados e apenas 9 por amor. Por outro lado, dos 49 recasamentos de que tive notícia, apenas 20 foram arranjados, 9 foram casamentos por amor arranjados, nos quais o casal decidia e apresentava a união, para os de fora, como se fosse por conveniência, e outros 20 foram casamentos por amor completamente decididos pelos casais. Assim os recasamentos, com muito mais frequência, envolvem flerte e até intimidade prévia. Eventualmente, esses recasamentos foram apoiados pelas famílias dos noivos.

A experiência de Sukaina ilustra ainda outra tendência: os recasamentos com frequência atravessam fronteiras raciais, étnicas, de casta e religiosas. Depois de quase dez anos vivendo sem um companheiro, Sukaina se apaixonou por Sukhwinder, um sikh de origem indiana divorciado. Sukhwinder topou se converter para o islã e eles se casaram em uma pequena cerimônia islâmica à qual compareceram apenas uma das irmãs de Sukaina e três testemunhas masculinas. Essa mudança em direção a relações mais consensuais é bem atraente para os liberais, mas Sukaina acabou se decepcionando profundamente: Sukhwinder não mostrou sinais de ter levado a sério sua conversão ao islã e nem sequer deixou de usar o turbante que o identifica como sikh. No fim das contas, Sukaina não teve coragem de contar a seus pais sobre o segundo casamento e não vê a hora de pôr um fim nele.

Assim, descobri que os casamentos secundários são frequentemente instáveis. Nove dos 30 entrevistados que se casaram de novo estavam em relações insatisfatórias ou já tinham se casado pela terceira vez. Das uniões restantes, muitas eram conflituosas – o que nos lembra quão pouco a sociologia do divórcio compreende sobre o recasamento. São necessárias mais pesquisas não apenas sobre divórcio, mas também sobre relações informais e recasamentos sucessivos, assim como mais pesquisa sobre como as regras de casamento mudam em contextos de migração, transnacionalismo e diáspora, em que a tendência é ver a cultura “deixada para trás” como estática. Como sugere minha pesquisa, esse não foi o caso nem no passado, nem no presente. ■

Contato com Kaveri Qureshi <kaveri.qureshi@lums.edu.pk>

> Islamofobia

e a política de segurança da Inglaterra

Por **Tania Saeed**, Universidade de Ciências Gerenciais de Lahore, Paquistão



Ilustração por Arbu.

As instituições de ensino da Inglaterra estão cada vez mais na mira da política de segurança estatal. O *Decreto de Contraterrorismo e Segurança* [CTSA] de 2015 impôs às instituições educacionais o “dever legal” de apontar estudantes considerados “sob risco” de se radicalizarem. Os sinais ou sintomas dessa “radicalização” são difíceis de definir; o que é claro é que o estudante “vulnerável” é mais provavelmente muçulmano. Um aspecto problemático é que até ideias extremistas não-violentas podem servir para tornar alguém suspeito, se elas contrariarem os “valores britânicos” – com o efeito de que tais ideias serão silenciadas nas universidades, ao invés de desafiadas e debatidas.

O Decreto de Contraterrorismo de 2015 foi proposto uma década depois do atentado a bomba em Londres, em 7 de julho de 2005, mas nesse ínterim outras políticas de contraterrorismo focaram nas instituições de ensino. Os estudantes muçulmanos estão acostumados a serem considerados “suspeitos.” De acordo com um relatório do governo britânico, *Estratégia Preventiva* (2011), agentes de segurança já vinham trabalhando com instituições de ensino para monitorar estudantes “sob risco.” Alguns casos próximos causaram grande apreensão entre os muçulmanos instruídos – um ex-aluno da Universidade de Londres, Umar Farouk Abdulmutallab, tentou sequestrar um avião que ia para os Estados Unidos; outra ex-estudante, Roshonara Choudhry, esfaqueou um político britânico para vingar o povo iraquiano; jovens estudantes escaparam para se alistar no Estado Islâmico. A nova lei, entretanto, torna vigiar os estudantes uma obrigação. Ao invés de trabalhar com os estudantes islâmicos, a política os aliena ainda mais, criando uma atmosfera de insegurança crescente. Enquanto o homem islâmico é visto como uma ameaça mais imediata, a mulher é vista ora como vítima, ora como radical, mas de qualquer modo bem escondida detrás do véu.

Um estudo realizado entre 2010 e 2012 explorou as narrativas biográficas de 40 jovens islâmicas, tanto estudantes quanto ex-estudantes de universidades britânicas, examinando suas experiências com a islamofobia e a política de segurança do estado. Feito em um período no qual a identidade paquistanesa islâmica era considerada altamente suspeita, o estudo incluiu tanto estudantes de origem paquistanesa quanto paquistaneses não-britânicos estudando na Inglaterra; assim como mulheres cuja vestimenta expressava diferentes “graus de religiosidade,” desde o véu facial (*niqab*), passando pelo véu que mostra o rosto (*hijab*), a túnica longa (*jilbab*), a túnica tradicional paquistanesa (*kameez*) com calças (*shalwar*), até muçulmanas praticantes que não utilizam nenhuma vestimenta que as identifique. O estudo focou nas experiências das associações de estudantes islâmicas (ISocs), que eram criticadas por não contribuir no combate a radicalização nos campi. Assistentes sociais, representantes de grupos estudantis e líderes de associações islâmicas também foram entrevistadas.

>>

As experiências femininas variavam de acordo com a aparência física. Não surpreende que o *niqab* atraísse atenção; jovens relataram ter que ouvir gritos na rua ou serem chamadas de extremistas ou de “mulher do Osama bin Laden,” sendo o véu um marcador físico da religião e identidade. Algumas descreveram insultos raciais que revelam mais sobre quem insulta do que sobre quem é insultado, e em alguns casos o termo “lésbica” era usado como insulto contra muçulmanas usando *niqab* ou *hijab*. O termo revela o viés heteronormativo do islamófobo, que busca tornar a mulher islâmica ainda mais anormal ao tentar imputar-lhe um tipo de segregação. Por outro lado, as mulheres que não usavam marcadores visíveis sentiam que nunca eram consideradas “islâmicas o suficiente” para o olhar não-islâmico, e que sempre tinham que justificar suas crenças. A aparência paquistanesa, por sua vez, ativava estereótipos de opressão cultural, de uma mulher paquistanesa sem instrução, vítima de uma cultura primitiva que permite assassinatos por honra e casamentos forçados.

As estudantes sofriam com essas experiências dentro e fora dos campi universitários, mas as que faziam parte das associações islâmicas eram especialmente atingidas. Homens e mulheres que participavam das sociedades tinham que se defender com frequência, não apenas de gestores universitários que suspeitavam de seus eventos e discursos, mas também dos autodenominados islâmicos “moderados.” As entrevistadas descreveram como os “moderados” costumavam evitar os eventos das associações islâmicas por medo de serem considerados extremistas por associação, ao passo que seus membros relataram serem chamados de terroristas e temerem serem monitorados por agências de inteligência ou por espões infiltrados. Muitas também disseram que o medo de serem taxadas de extremistas levava a autocensura e que alguns estudantes evitavam campanhas políticas por medo de serem considerados radicais.

A correlação entre as identidades de paquistanês e muçulmano também revelava outro tipo de vulnerabilidade, porque os paquistaneses muçulmanos se tornaram “hiper-vigiados” em um época na qual fazia-se a “guerra ao terror” no território paquistanês. Alguns estudantes passaram a se afastar de questões políticas ligadas ao Paquistão, mas ainda assim se envolveram em causas relacionadas à Primavera Árabe ou à Palestina; outros disseram mentir sobre sua nacionalidade, em especial de 7 de julho de 2005.

Essas descobertas mostraram que diferentes comunidades muçulmanas podem ser afetadas de modos distintos pelo discurso de segurança, baseado não apenas na sua religiosidades, mas também em identidades étnicas e nacionais. O veto a determinados países muçulmanos que o

presidente dos Estados Unidos Donald Trump sancionou em 2017, assim como o foco da agenda antiterrorismo na Síria e região adjacente, evidenciam como diferentes identidades muçulmanas sofrem consequências distintas em um contexto sociopolítico em mudança.

Se, por um lado, o grau de religiosidade determinou diversos graus de suspeita e discriminação na vida cotidiana, por outro o estudo mostrou que as estudantes lutaram para construir contra-estereótipos. Tentaram transformar as atitudes por meio da “Semana da Consciência Islâmica” ou simplesmente desafiando ideias preconceituosas a respeito do islamismo. Enquanto alguns tentaram se esquivar da necessidade de demonstrar “normalidade” ou inocência, não se pode desprezar os esforços de estudantes islâmicos e não-islâmicos para resistir ao avanço da agenda de segurança.

Muitas universidades assumiram o chamado “dever de cuidar” dos estudantes, ou seja, asseguraram-lhes “liberdade de expressão”, mas buscando cumprir o “dever legal” de informar sobre quaisquer estudantes considerados “sob risco” de radicalização. O “dever de cuidar” foi exagerado, às vezes, como no caso de Muhammad Umar Farooq, estudante da Universidade de Staffordshire que foi denunciado às autoridades por funcionários da universidade por ler um texto didático sobre terrorismo; ou no de Rizwaan Sabir, denunciado por baixar um manual da Al Qaeda (o texto já era vendido nas livrarias) para fins de pesquisa; ou ainda os casos de crianças denunciadas por engano às autoridades.

As universidades vão continuar na mira da política de segurança do Estado, como mostra a adoção, pelo Conselho de Apoio à Educação Superior da Inglaterra, de uma estratégia para implementar nas universidades o “dever legal” de denunciar previsto pelo CTSA de 2015. As estudantes entrevistadas na pesquisa mostraram-se disponíveis para conversar com os agentes de segurança, desde que não se sentissem constantemente sob suspeita. Elas reconhecem que, ainda que a maioria dos jovens muçulmanos britânicos rejeitem grupos como o Estado Islâmico, o problema é importante e deve ser abordado. Muitas entrevistadas até mesmo gostariam de poder debater isso nas universidades. Entretanto, ao tornar todos os muçulmanos suspeitos, reforçando uma cultura de insegurança na qual opiniões controversas são suprimidas sem discussão, as universidades criam uma atmosfera na qual os estudantes islâmicos se tornam mais vulneráveis à islamofobia e à discriminação. Assim, as universidades tendem a fracassar em seu “dever de cuidar” dos estudantes muçulmanos, tornando-se apenas mais uma engrenagem na máquina de segurança do Estado. ■

Contato com Tania Saeed <tania.saeed@lums.edu.pk>

> A política da infraestrutura

Por **Amen Jaffer**, Universidade de Ciências Gerenciais de Lahore, Paquistão



Os coletores de lixo se esforçam para encontrar materiais recicláveis antes que um caminhão de lixo Ozpak faça a coleta dessas lixeiras.

Foto por Khurram Siddiqi.

Desde a última década do século XX, a economia paquistanesa foi transformada pela privatização e desregulamentação – uma ordem econômica neoliberal que foi sustentada por governos de diferentes partidos e por uma ditadura militar. Apesar do amplo consenso da elite política, entretanto, o atual governo da *Liga Muçulmana do Paquistão-Nawaz* [PML-N] é diferente de outros governos por seu foco em infraestrutura. Desde os anos 1990, os governos do PML-N construíram sua política econômica e sua estratégia política em tono da ideia de “desenvolver” infraestrutura – incluindo, recentemente, uma ênfase no *Corredor Econômico China Paquistão* [CPEC], tratado pelo governo como um projeto decisivo que melhorará radicalmente a condição econômica do país.

O governo promete que os projetos rodoviário, ferroviário e energético associados – financiados sobretudo por empréstimos do governo chinês e, em grande medida, construídos por companhias chinesas – atrairão investimentos locais e estrangeiros, criando novos empregos e oportunidades para os paquistaneses.

Mas essa estratégia econômica baseia-se na suposição de que o investimento pesado em infraestrutura, sozinho, ativa a economia – apesar das evidências contrárias de

projetos passados, incluindo o uso relativamente baixo da autoestrada Lahore-Islamabad, construída durante um governo anterior do PML-N nos anos 1990.

Evidências cada vez mais numerosas ao redor do mundo mostram que grandes projetos de infraestrutura beneficiam sobretudo investidores estrangeiros e grandes empresas. Em um país com serviços públicos deficientes, cujos sistemas de educação e saúde frequentemente se encontram entre os piores do mundo, tal modelo de gastos ignora as verdadeiras necessidades da população. Até mesmo em termos estritamente infraestruturais, projetos como o CPEC focam preferencialmente nas necessidades das grandes organizações, ignorando ou até mesmo prejudicando o chamado setor informal, que emprega a maioria dos pobres no Paquistão. Assim, contribuem para aumentar as consideráveis desigualdades sociais do país.

Vejamos o sistema de gerenciamento de lixo sólido de Lahore, por exemplo. Em 2010, o governo de Punjab privatizou a coleta, o transporte e o descarte do lixo de Lahore, por meio da criação de uma empresa pública, *Companhia de Gerenciamento de Lixo de Lahore* [LWMC]. A companhia terceirizou suas operações para duas multinacionais turcas, a Ozpak e a Albayrak, pagando aproximadamente 20 dólares por cada tonelada de lixo deposi-



Um assentamento de catadores de resíduos onde eles separam o lixo que eles coletam na cidade. Foto por Khurram Siddiqi.

tada nos aterros da LWMC. Atuais projetos de construção, expansão e redesenho de estradas têm beneficiado muito as operações da Ozpak e da Albayrak, porque as novas rotas permitem que seus caminhões e máquinas operem de modo mais eficiente.

Um dos centros operacionais da Ozpak localiza-se perto do Anel Rodoviário de Lahore [LRR], uma nova autoestrada de seis pistas. O lixo de diversas localidades é coletado e transportado para as instalações da Ozpak por sua frota de caminhões, a maioria deles veículos importados, de grandes dimensões, equipados para içar e compactar lixo. (Em vias mais estreitas, a empresa usa caminhonetes menores, montadas no país, adaptadas com equipamentos especiais.) Quando lixo chega às instalações da Ozpak, guindastes mecânicos o transferem para grandes caminhões-caçamba que o levam para o aterro de Lakholdar, propriedade da LWMC, localizado convenientemente próximo ao anel rodoviário. O anel é peça central das operações e permite à Ozpak uma enorme economia em combustível, tempo e força de trabalho.

As operações tecnológicas da Ozpak contrastam fortemente com os coletores “informais,” que recolhem lixo e recicláveis em toda a cidade, transportando-os a pé, em carroças de tração animal, bicicletas ou motos. Alguns deles recolhem o lixo de porta em porta em troca de um trocado mensal enquanto outros revolvem montanhas de lixo na beira das estradas ou em lixões atrás de recicláveis. Os “informais” não podem entrar nas instalações da Ozpak, mas podem entrar na maioria dos centros de triagem e lixões operados pelo governo, onde realizam o trabalho sujo de recolher e separar os itens recicláveis – garrafas, papel, papelão, plástico ou metal – do lixo. Eles, então, vendem os recicláveis para pequenas empresas que os separam de modo ainda mais específico, preparam, e os vendem para pequenas indústrias que os transformam em materiais utilizáveis.

No entanto, apesar de serem a peça mais importante da indústria de reciclagem, realizando atividades muito intensivas em trabalho e sob as condições mais perigosas e into-

leráveis, os catadores estão na base dessa economia. Eles ganham extremamente pouco e sofrem do estigma e da discriminação decorrentes da profissão. A maioria deles pertence aos estratos mais baixos da hierarquia social de Lahore.

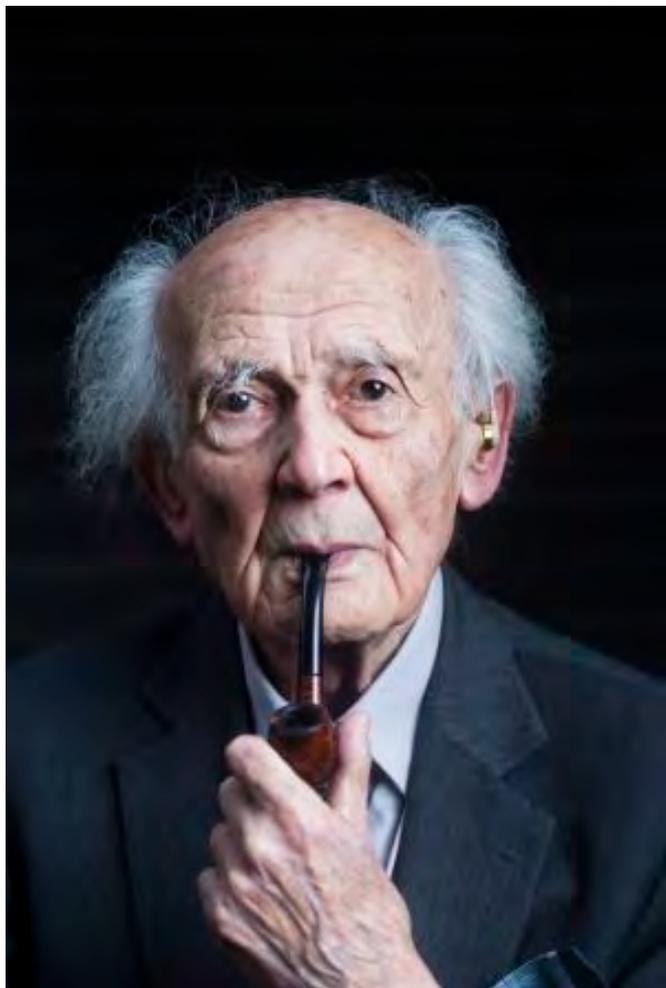
Como se essa situação miseravelmente precária fosse pouco, as transformações da infraestrutura de transportes da cidade têm corroído direta e indiretamente o sustento dos catadores. O anel rodoviário, por exemplo, os afetou negativamente de diversos modos. Primeiro, seus meios de transporte primários – carroças de tração animal e bicicletas – não são permitidos no anel, o que os obriga a transitar por vias marginais congestionadas. Segundo, com frequência eles têm que cruzar o anel, o que os força a andar longas distâncias, já que os locais de travessia são distantes uns dos outros, ou então a assumir os riscos de cruzar a pé em locais não protegidos, em uma estrada de alta velocidade. Ao invés de facilitar seu trabalho, a nova autoestrada se tornou uma barreira e um problema adicional. Indiretamente, o anel rodoviário também beneficia companhias cujos interesses estão em conflito com os dos catadores. Em algumas vizinhanças, os habitantes pararam de pagar os catadores para recolher seu lixo, já que agora as companhias o recolhem. Os métodos de coleta dessas companhias também tornam o lixo menos acessível para os catadores ao reduzir o tempo que eles têm para revolvê-lo; as empresas consideram o trabalho de reciclagem dos catadores como um entrave que retarda suas operações.

As obras de infraestrutura rodoviária em Lahore ajudaram essas empresas a fazerem lucros certos e crescentes, enquanto os catadores têm cada vez mais dificuldades. É claro que a gestão eficiente do lixo em uma cidade grande e em expansão como Lahore exige caminhões de lixo e o emprego de tecnologia, mas a privatização do setor foi feita sem nenhuma consideração pelos cidadãos pobres e marginalizados que viviam do trabalho no setor; pelo contrário, eles só foram prejudicados.

A gestão de lixo sólido é apenas um dos muitos setores em que os novos investimentos públicos em infraestrutura exacerbaram as desigualdades do Paquistão: os grupos economicamente marginalizados não tiveram voz nos projetos. Ainda assim, há razões para otimismo: algumas comunidades de baixa renda fizeram da infraestrutura um pilar central da cidadania. Nossa pesquisa revela que grupos mobilizados passaram a protestar e a empregar outras estratégias políticas para reivindicar com sucesso melhoras na infraestrutura de suas áreas. Assim, é possível que as antigas alianças que direcionaram os recursos públicos para interesses corporativos por meio de projetos de infraestrutura deparem-se com novos desafios políticos no futuro. ■

Contato com Amen Jaffer <amen.jaffer@lums.edu.pk>

> A visão moral de Zygmunt Bauman



| Zygmunt Bauman.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman morreu aos 91 anos, encerrando sua notável carreira como um dos sociólogos mais importantes da atualidade. É muito difícil resumir a vida e a obra de uma figura tão vital, mas é verdade que, como disse Keith Tester, *“nunca mais vamos encontrar o tipo de Bauman na academia. Ele é daquela geração de intelectuais centro- e leste-europeus que literalmente viveu os desastres do século XXI. Ele experimentou aquilo sobre o que outros só escrevem”*.

Nascido em 1925 em uma família judia de Poznan, na Polônia, Bauman e sua família foram forçados a fugir da União Soviética em 1939 para escapar da invasão nazista. Quatro anos depois, ele se juntou ao exército polonês na União Soviética, lutando no front oriental. Apesar de ferido, voltou ao campo de batalha e participou da tomada de Berlim em 1945.

Na Polônia pós-guerra, Bauman foi promovido rapidamente, tornando-se capitão do exército e oficial-político. Parece que nessa época ele era um comunista bastante idealista, mas sua fé no partido foi golpeada no começo dos anos 1950, quando foi expulso das forças armadas durante um expurgo antissemita. Ele passou a se dedicar à carreira acadêmica, e em 1954 se tornou professor de ciências sociais na Universidade de Varsóvia. Ele fez sucesso, publicando sobre diversos assuntos, e na metade dos anos 1960 ocupou a cátedra de Sociologia Geral na mesma instituição.

Todavia, Bauman já era visto pelas autoridades como um marxista revisionista, sobretudo depois que publicou alguns textos que davam a impressão de ceticismo em relação ao estado socialista, incluindo um artigo sobre os limites do planejamento. Sua posição era tudo menos segura, e em outro expurgo antissemita de acadêmicos, em 1968, ele e outros cinco professores de Varsóvia foram expulsos. Ainda naquele ano, Bauman e a família deixaram a Polônia. Depois de lecionar temporariamente em Israel, na Austrália e no Canadá, ele acabou se estabelecendo na Inglaterra. De 1971 até se aposentar, foi professor de sociologia na Universidade de Leeds.

Assim que se estabeleceu em Leeds, Bauman rapidamente se consolidou como uma figura de destaque na so-

ciologia britânica. Seu conhecimento de diversas línguas europeias e sua tendência a tratar de teoria sociológica e de filosofia significaram que ele estava muito bem preparado para tomar parte na crescente onda de interesse pela teoria continental. Nos anos 1980, Bauman era considerado central no estudo da chamada “pós-modernidade.” Entretanto, Bauman rapidamente se deu conta dos riscos de ser etiquetado como um dos principais nomes de um campo que, então, se estabelecia propondo um marco intelectual apolítico e até mesmo reacionário.

Para conseguir preservar uma atitude crítica frente à emergência de uma nova ordem social em um momento liminar, ele brigou para estabelecer a ideia exploratória de uma “modernidade líquida.” A partir de *Modernidade Líquida* em 2000, Bauman explorou os impactos da mercantilização e da individualização que caracterizaram o projeto neoliberal, mantendo-se sempre sensível à dor e aos danos que esses processos causaram em tantas pessoas.

Em seus últimos trabalhos, Bauman focou no próprio caráter da modernidade. O livro central nessa empreitada foi o premiado *Modernidade e Holocausto* (1989), uma obra pioneira na sociologia que lhe rendeu o Prêmio Amalfi. O livro trata da imensa capacidade destruidora que o projeto modernista contém em si, especialmente através da capacidade organizacional “racionalizada” que desencadeou

nas sociedades modernas. A partir de então, todos os seus trabalhos possuíram uma forte carga moral.

Depois de publicar *Ética Pós-Moderna* em 1993, Bauman se tornou influente no campo emergente da sociologia da ética. Seu profundo ceticismo em relação às abordagens sociológicas convencionais a respeito da moralidade, provocado pelos próprios horrores do século XX – alguns dos quais testemunhou pessoalmente – o levaram a um compromisso intelectual consistente com o trabalho do filósofo e teólogo Emmanuel Levinas. Nesse projeto, Bauman acabou desenvolvendo o que poderia ser chamado fenomenologia moral, na qual as bases morais da ação são compreendidas como elementos fundamentais, constitutivos, do que é ser humano, e até mesmo anteriores a processos de socialização.

O trabalho de Bauman no campo da ética é muito controverso e muitas vezes encarado pelos sociólogos como desafiador. Mas o foco sociológico (ao invés de filosófico) de Bauman no poder destruidor das instituições e em sua tendência a limitar e atrofiar a capacidade moral dos agentes humanos é ao mesmo tempo brilhante e urgente. Seu trabalho continuará a ser lido por todos os sociólogos que esperam que sua disciplina seja mais do que apenas ciência administrativa. ■

Peter McMyllor, Universidade de Manchester, Reino Unido

> Zygmunt Bauman, o utópico cético

A biografia de Zygmunt Bauman poderia facilmente ser enquadrada em uma narrativa dominante sobre a *intelligentsia* polonesa do século XX. Depois da experiência traumática da guerra e fascinada pelo projeto comunista, essa geração se envolveu brevemente em tentativas de consertar o socialismo realmente existente até chegar à conclusão de que sua natureza era totalitária. Em 1989, essa mesma *intelligentsia* se envolveria na derrubada do regime comunista. Finalmente, sua vitória seria assumir o papel de ensinar o povo a usar o difícil dom da liberdade.

Felizmente, Bauman não se encaixa nessa historinha ou nas trajetórias que estão por trás dela. Apesar de profundamente imerso na história, ele nunca seguiu suas correntes principais. Mesmo mantendo-se sensível às mudanças do contexto histórico, ele conseguiu manter sua própria voz.

Sua perspectiva pode ser definida como utopismo cético: ao analisar a ordem social, Bauman sempre buscou revelar aqueles elementos da utopia que acabam servindo para manter as estruturas de dominação, mas também recorreu à utopia para fortalecer suas críticas e militar pela mudança social. As raízes dessa perspectiva assentam nas experiências de Bauman na Polônia do pós-guerra e influenciaram decisivamente seu trabalho posterior.

> Stalinismo, uma experiência heterogênea

Ao menos para a Polônia, a narrativa dominante sobre o compromisso da *intelligentsia* pós-guerra com o stalinismo pode, sem dúvida, ser encontrada em *Mente Cativa*, de Czesław Miłosz, que viria a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura. O livro retrata o estrato instruído da sociedade polonesa como irreligioso e assolado pelo

niilismo. O comunismo teria preenchido esse vazio, oferecendo tanto explicações para o mundo quanto alguma esperança de reconstruí-lo. O marxismo era sofisticado o suficiente para seduzir as mentes de pessoas refinadas e criava ao mesmo tempo um sentimento de proximidade com o povo e com o poder. Miłosz descreve o compromisso com o comunismo e com as práticas estalinistas em termos quase religiosos, o que permitiria compreender o fervor de jovens intelectuais e seu investimento na promessa de um novo sistema.

A estória pode corresponder em parte à experiência de uma nova elite cultural que se envolveu profundamente com stalinismo, mas certamente não serve para compreender todos os caminhos que levavam ao stalinismo ou os diversos modos de experimentá-lo. É especialmente significativa a história de Julian Hochfeld, uma figura de grande importância na formação do jovem Bauman e de todos os sociólogos marxistas da Universidade de Varsóvia, incluindo Jerzy Wiatr, Maria Hirszowicz, Włodzimierz Wesołowski e Aleksandra Jasińska-Kania.

No começo dos anos 1950, Hochfeld advogou o fim da sociologia na universidade por ser uma ciência burguesa, que não deveria ser tolerada em um Estado socialista. Hochfeld não se encaixava tão bem na descrição de Miłosz; ele tinha sido cientista e ativista do Partido Socialista Polonês antes da guerra e pensava que, depois dela, seria possível manter em atividade partidos socialistas independentes sob o regime comunista. Quando ficou claro que Stalin queria eliminar todos os partidos que se mantinham independentes de Moscou, Hochfeld exortou o Partido Socialista a se fundir com o Partido Comunista dos Trabalhadores Poloneses, o que finalmente ocorreu em 1948 quando foi estabelecido o Partido dos Trabalhadores Poloneses Unificado. O com-

promisso de Hochfeld com o stalinismo não decorria de zelo ideológico, mas de uma estratégia política num cenário em que a margem de manobra política se estreitava. Todavia, a esperança de que ele poderia dar continuidade a suas atividades políticas no novo partido se mostrou equivocada. Apesar de ser membro do parlamento, ele foi rapidamente marginalizado, mesmo que tenha continuado a criticar o sistema ao longo de sua atividade acadêmica, especialmente quando o stalinismo caiu em 1956. Hochfeld defendeu a análise dos mecanismos de alienação do socialismo, procurou compreender o papel do parlamento como um contrapeso ao princípio do centralismo democrático e criou a única revista acadêmica dedicada à política: *Estudos Sociopolíticos*.

As experiências de seu mentor influenciaram a visão de Bauman sobre a realidade do socialismo existente. Ainda que Bauman tenha permanecido decididamente do lado socialista durante o conflito entre socialismo e capitalismo na Guerra Fria, seus trabalhos e atitudes expressam certa reserva. Seguindo os passos de Hochfeld, Bauman lutou em duas frentes. Ele criticou o capitalismo na condição de sociólogo socialista e não se conformou com a realidade do socialismo: buscou apontar suas falhas sem reduzi-las à persistência de velhos hábitos capitalistas.

> Uma crítica socialista do socialismo

Nos livros que Bauman escreveu antes de 1968, tanto as sociedades capitalistas quanto as socialistas são abordadas como sociedades industriais. Isso significa que elas se caracterizam pela produção em escala massiva, o desenvolvimento da classe trabalhadora e grandes organizações burocráticas. Assim, a sociedade socialista não pode ser compreendida sem que se conheça também as sociedades capitalistas.

>>

Os trabalhos dessa época caracterizam-se por um esforço de assimilar criticamente a herança científica da sociologia ocidental sem perder de vista a cultura polonesa, de modo a formular um marco teórico para analisar a sociedade socialista. É óbvio que essa sociedade difere da capitalista em termos da organização da propriedade, dos mecanismos que estabelecem hierarquias e da ideia de modernização, o que, sob o capitalismo, depende dos desígnios dos capitalistas e não das decisões de uma instância centralizada de planejamento. Entretanto, dos dois lados da Cortina de Ferro, experimentou-se a degeneração do poder, alienação do trabalho e uma percepção cada vez menor das ligações entre vida individual e vida coletiva. Assim, Bauman propôs em seu livro *Sociologia na Vida Cotidiana* de 1964 (que depois foi a base para *Pensando Sociologicamente*) que a sociologia deveria abordar esses processos criticamente e falar não apenas para os tomadores de decisões e as elites, mas também para as pessoas comuns.

Logo o risco envolvido nessas escolhas ficaria claro. Em 1965, ele ficou do lado dos estudantes que foram reprimidos na esteira da publicação da *Carta Aberta ao Partido* – uma crítica revisionista do socialismo existente escrita por Kuron e Modzelewski. Bauman, então, se tornou suspeito de ser uma ameaça ao regime unipartidário. Três anos depois, quando o governo buscava legitimidade diante dos protestos estudantis, a expulsão de Bauman virou um símbolo de “coragem” em maio ao expurgo dos chamados baderneiros e sionistas. Assim como milhares de outras pessoas de ascendência judia, Bauman teve que deixar a Polônia e começar uma nova vida no exílio.

> O papel utópico do sociólogo

A expulsão de Bauman da Polônia inaugurou seu mais longo período de silêncio (sem contar o que ele escreveu diretamente sobre os eventos antissemitas na Polônia e um livro de caráter geral sobre cultura).

Ao retomar a escrita, seu primeiro livro, *Socialismo: a utopia ativa*, foi um esforço para formular o que deveria ser a atividade crítica na nova situação. A obra definiu o programa de pesquisa subsequente de Bauman bem como sua perspectiva como sociólogo crítico. Ao contrário de muitos representantes da *intelligentsia* polonesa, como Leszek Kołakowski, Bauman não rejeitou completamente a promessa utópica do socialismo em favor do mero antitotalitarismo.

Em *Socialismo: a utopia ativa*, Bauman chama atenção para o crescente papel da cultura na organização da vida social contemporânea, no-tando a importância do indivíduo na construção da ordem social e nas lutas emancipatórias. Isso requer, primeiro, reconhecer que nem todos os fenômenos sociais são determinados pelo processo de produção e, segundo, que nem todos os tipos de dominação e opressão – aqui, Bauman menciona o Holocausto – decorrem do acesso desigual à propriedade. Ao mesmo tempo, o foco individualista, característico das sociedades de consumo modernas e de muitos movimentos que lutam pela mudança social, às vezes oculta duas formas importantes de dominação: as assimetrias globais entre o centro e a periferia e aquelas entre ricos e pobres no interior do Estado-nação.

A atividade posterior de Bauman pode ser considerada uma continuação do projeto delineado em *Socialismo: a utopia ativa*. Seus livros amplamente lidos e reconhecidos sobre a modernidade e a pós-modernidade revelam um ceticismo com relação à utopia. A crença de que é possível criar uma sociedade previsível e transparente provou, historicamente, ser uma fonte de violência organizada pelo Estado contra aqueles que não se encaixam em uma certa ideia sobre o que seria uma sociedade pura. Nas sociedades pós-modernas atuais, tais visões perigosas parecem ter sido abandonadas, mas isso não significa que se possa ignorar as consequências negativas de outras ideias utópicas no próprio coração da cultura contemporânea – in-

cluindo crenças a respeito da capacidade universal dos indivíduos para se recriarem, escolhendo livremente dentre uma ampla gama de possibilidades oferecidas pelo mercado. Bauman descreve o apelo dessa promessa utópica em *Modernidade e ambivalência*, mas também discute seus riscos, que incluem um sentimento de constante inadequação, a atividade frenética de um sujeito em busca de identidade autêntica, uma forte dependência do conhecimento especializado e, finalmente, o perigo de reduzir os outros indivíduos a mercadorias, simples elementos oferecidos pelo mercado.

Além das consequências negativas de viver em um sistema consumista, Bauman apontou insistentemente para aqueles que são excluídos dele. Com frequência, os excluídos permanecem invisíveis, já que eficazes mecanismos simbólicos e institucionais os mantêm fora do horizonte da experiência de consumo. São os pobres, os desabrigados, os imigrantes e refugiados, aos quais Bauman se refere como vidas desperdiçadas. A crítica, para Bauman, deve mantê-los no campo de visão, lembrando que os excluídos são pessoas que merecem ajuda, proteção e respeito. O vínculo que pode nos conectar a eles não deve se basear exclusivamente em nossos interesses materiais ou na vantagem política que pode ser derivada de uma aliança com os excluídos. Ele é, na verdade, ético, fundamentado nos impulsos associados à experiência da efetiva comunidade de todas as pessoas.

Ao situar a utopia como fonte de seu trabalho, Bauman colocou-se em choque com grande parte da *intelligentsia* leste-europeia, a qual definiu-se como testemunha e instrutora de sociedades que lutavam para se colocar a par das inevitáveis mudanças sociais. Bauman mostrou que os sociólogos não devem apenas compreender a dinâmica da vida social, mas também tomar partido daqueles que ficaram às margens da sociedade, privados de sua humanidade. ■

Maciej Gdula,
Universidade de Varsóvia, Polônia

> Lembrando

Zygmunt Bauman



Zygmunt Bauman com Peter Beilharz.
Foto por Sian Supski.

Quando o Imperador parte, muitas vezes, há luto, e alguns se regozijam. Trata-se de um interregno? Era Zygmunt Bauman um imperador? Acho que não. Ele era um recém-chegado à fama, uma celebridade relutante, sem muita esperança com os dez segundos de fama. O entendimento, como ele dizia, não vem em pedaços pequenos. Sua proeminência era desordenada. Ele era um *insider/outsider*.

O primeiro livro de Bauman em inglês, sobre o movimento operário britânico, apareceu em 1972. Ele foi marginalizado por esse esforço por Edward Thompson, e permaneceu invisível ou periférico por muitos anos. Ele

foi ignorado por seus colegas, então ensacado como auto-plágio, por uma sociologia que ele supostamente “inventou”, analisando muitas vezes por metáfora e não por banco de dados devidamente autorizados, e seu passado comunista foi questionado; certamente ele era culpado de alguma coisa. Seus epígonos o queriam fora do palco, fora do holofote.

No entanto, Bauman foi lido e ouvido em todo o mundo por muitas e muitas pessoas em muitas terras, para quem esse encontro, pessoalmente ou por meio dos livros, era transformador. Talvez esta seja a fonte do ciúme. Bauman afastou-se das notas de rodapé e foi para os problemas.

>>

Ele já não escrevia para colegas que pudessem ler seu trabalho em série, mas escrevia para os apostadores, para os viajantes da vida cotidiana. Eram dele os dados da vida, as experiências do século XX e dos seus sucessores; ele nos pediu que assumíssemos os problemas do mundo como nossos, todos nós. O trabalho dos intelectuais era fazer perguntas, não dar respostas para aqueles que realmente possuíam esses problemas, seja pobreza, mobilidade forçada e sofrimento, ou amor, perda e lealdade.

Talvez eu possa contar uma história aqui. Pois se Bauman não era um contador de histórias, então ele era certamente um conversador. Por 25 anos, visitei Bauman anualmente em Leeds. A última vez que o vi foi em 2015, para o seu nonagésimo aniversário. Eu estava trabalhando em Stellenbosch, na África do Sul. E ele apareceu lá, na África do Sul, como uma velha toupeira, antes de ir para a Cidade do Cabo, voar para Manchester, depois para Leeds, em direção aos Montes Peninos de trem. (Eu perdi seu último aniversário; estávamos em Chengdu, onde fomos convidados a falar sobre os Baumans, Zygmunt e Janina. Os chineses também estão profundamente interessados em Bauman).

Antes de partir para a China, eu estava trabalhando em um artigo para Bauman para a *Revue Internationale de Philosophie*. Uma das atrações que seu trabalho mantém é que mesmo depois de 30 anos, eu ainda não esgotei seus interesses. Quando peguei emprestado uma cópia dos *Legisladores e Intérpretes* (1987) da Biblioteca da Universidade de Stellenbosch, descobri, para o meu prazer, que cada página continha muitas anotações. O texto seguinte que revisei foi *Modernidade Líquida* (2000). O capítulo 3 é “Tempo/Espaço”. Abri o livro na página onde o Bauman voltou-se para a África do Sul – de fato, para Somerset West, perto de onde eu morava e trabalhava. Seu assunto? Moradia fechada, elevada a uma forma de arte aqui na África do Sul. O projeto com que ele se envolveu – o comicamente intitulado “*Heritage Park*” – permanece incompleto, localizado entre uma grande divisão de concreto e malhas, a auto-estrada N2, de Lwandle, um município negro de grande orgulho e conquistas. Aqui estamos, senhores e escravos, turistas e vagabundos; a ótica de Bauman estende-se desde Leeds até a África do Sul.

Ele franziu a testa, e perguntou, maliciosamente (pois sempre havia uma brincadeira), se eu tinha roubado o livro

da biblioteca? Eu disse que não, eu tinha pegado emprestado. E lá estamos nós, inspecionando-o juntos, na última ocasião em que eu compartilharia sua companhia em Lawnswood Gardens. Um longo caminho desde Somerset West, e ainda é, também, talvez não tão longo. A modernidade viaja com seu lado obscuro.

Foi meu privilégio, junto com outros, ser intérprete de Bauman. Como ele disse, meu trabalho era colocar ordem no caos de seu trabalho. Ele era um escritor compulsivo; testemunham os cerca de 58 livros em inglês. Esse é um rico legado de engajamento ágil com os sinais de seu tempo, com os problemas da vida cotidiana que ele caracterizou como “modernidade líquida”.

Então esse seria o meu conselho para qualquer recém-chegado, basta puxar qualquer tópico ou discussão de textos de Bauman e ver como se desenrola. Talvez como Simmel, ele fosse um sociológico impressionista, um analista da vida em fragmentos. Mas ele sempre seguiu Marx, de modo que seu interesse pode ser descrito como aquele que está na cultura e nas suas relações, suas relações assimétricas de produção e distribuição. E então, como Gramsci, ele nunca desistiu da sensação de que poderíamos fazer melhor.

Agora que tudo acabou, como podemos caracterizar seu trabalho? Através do caminho do meu compromisso com Bauman, fiz várias tentativas para caracterizar seu trabalho: uma crítica da modernidade como excesso, uma sociologia de populações excedentes, uma teoria de modernidades alternativas, incluindo a Alemanha nazista, ou uma sociologia do desperdício. Mais convencionalmente, poderia ser descrito como uma crítica da modernidade sem ilusões; uma teoria crítica da Europa do Leste – e o leste importa pouco aqui; ou um Marxismo Weberiano. Há muitos outros projetos aqui, incluindo uma crítica da razão classificatória. Mais recentemente, seu trabalho poderia ser descrito como um diagnóstico dos tempos, uma crítica dos sinais dos tempos, uma série de advertências entregues ao espírito da esperança.

Ele era um exemplo? Absolutamente; mas ele não era um líder. Seu exemplo foi deixar claro que cada um de nós precisa seguir seu próprio caminho. Essa é a única maneira de manter viva a esperança da sociologia crítica. ■

Peter Beilharz, Curtin University, Austrália

> Sociologia em tempos não sociológicos

Por **Howard Ramos**, Presidente da Associação Sociológica Canadense e Universidade de Dalhousie; **Rima Wilkes**, Presidente eleita da Associação Sociológica Canadense e Universidade da Columbia Britânica; e **Neil McLaughlin**, Universidade McMaster, Canadá



| Foto por Ariane Hanemaayer.

Nos últimos anos, o mundo tem testemunhado a ascensão do nativismo, da xenofobia, do voto Brexit e a eleição de Donald Trump. Está cheio de notícias falsas e pós-verdade, e histórias que culpam os indivíduos por problemas sociais maiores. As avaliações excessivamente simplistas, primordiais e individualistas dos problemas sociais prosperam, afetando o ambiente cultural no qual os sociólogos vivem e trabalham.

Cada vez mais, as abordagens sociológicas são descartadas pelos líderes mundiais. O primeiro-ministro francês, Manuel Valls, por exemplo, disse que a disciplina é uma “cultura de desculpas”, enquanto o ex-primeiro-ministro do Canadá Stephen Harper gostava de dizer que não

era hora de “sociologizar”, quando questionado sobre as causas subjacentes do terrorismo ou violência contra mulheres indígenas. Parece que a sociologia está fora de sincronia com as tendências mais amplas.

Muitos líderes e formuladores de políticas, juntamente com muitos outros fora da academia, não conseguem ver a utilidade da sociologia. As tentativas de compreender as origens sociais e as causas da violência, ou de mitigar as condições que criam os refugiados, a pobreza e outras formas de desigualdade, são cada vez mais desprezadas como ingênuas ou acusadas de lidar com a violência e o extremismo. Esse sentimento levou a fechamentos de departamento na Ásia, bem como na América Latina, e isso significou que a disciplina desempenha papel secundário

>>

em relação a outras ciências sociais, particularmente a economia e psicologia.

Acreditamos que a sociologia tem um papel importante a desempenhar nos próximos anos. Os problemas mais urgentes do mundo exigem a análise de dinâmicas estruturais e históricas mais amplas, inclusive através da razão sociológica e da análise.

Mas para fazer isso efetivamente, a disciplina precisa mudar com os tempos. Os sociólogos precisam ser mais diversificados, não apenas em termos de pessoas que praticam a disciplina, mas também nas teorias, ideias e práticas que adotam. Muitos fora da disciplina veem a sociologia como excessivamente moralista, oferecendo prescrições pré-determinadas a problemas sociais que só apelam para aqueles na esquerda política.

Nós nos beneficiaremos de descobertas de outras disciplinas, desde estando abertos a vozes conservadoras até abraçando metodologias experimentais e de ponta, como modelagem não-paramétrica, aprendizado de máquina e modelagem de sistemas adaptativos, bem como novas formas de análise visual e análise interpretativa qualitativa. Fazer isso abrirá a disciplina a novos públicos.

Os sociólogos também precisam envolver públicos mais amplos, incluindo aqueles que discordam de suas conclusões. Os sociólogos são frequentemente acusados de usar jargões opacos e sociologismos como “construídos socialmente” que se apresentam como argumentos irrefutáveis. Para evitar ser rotulado de “elite” e fora de contato, precisamos traduzir nosso conhecimento em uma linguagem cotidiana que agrada aos que estão fora da academia.

Também é importante identificar oportunidades de intervenção sociológica e agir rapidamente. Os sociólogos

devem apreciar o que mudou em todas as sociedades, concentrando-se em problemas sociais emergentes, em vez de ficarem presos ao que a disciplina pensa saber, que é em grande parte baseado em teorias construídas para abordar a revolução industrial ou, posteriormente, as experiências do “baby boom”.

Precisamos engajar questões de longa data enfrentadas por sociedades em todo o mundo, como desigualdades de classe ou reconciliação com povos indígenas e descolonização, bem como questões que têm sido largamente ignoradas pela disciplina dominante, incluindo a adaptação às mudanças climáticas, a ascensão da inteligência artificial e a robótica, as mudanças de normas e expectativas em torno do gênero e da intersexualidade, ou o surgimento da autocracia em todo o mundo.

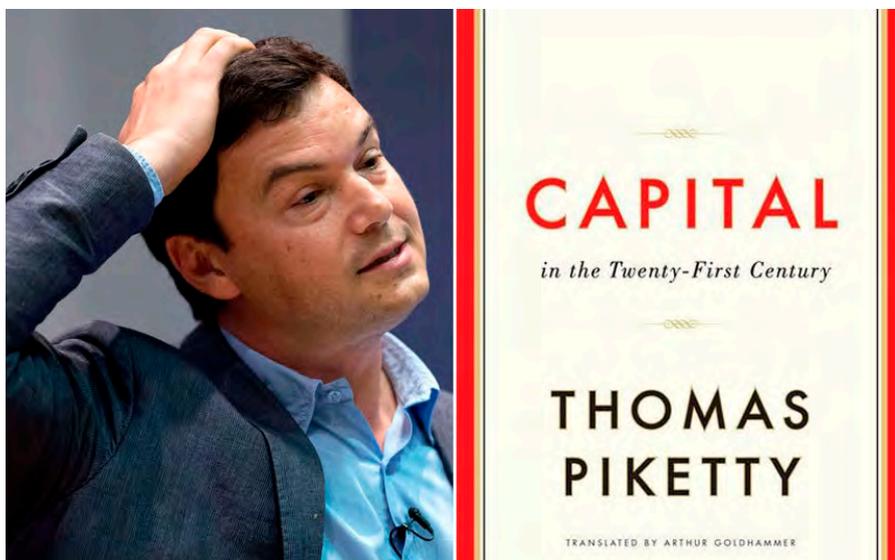
Nesta edição do *Diálogo Global*, os sociólogos canadenses Daniel Béland, Fuyuki Kurasawa, Patricia Landolt, Cheryl Teelucksingh e Karen Foster mostram como a sociologia contribui para as políticas públicas e mobilização de conhecimento, e as ideias que ela pode oferecer para entendermos as injustiças subjacentes em torno da cidadania e do meio ambiente. Mesmo em tempos não-sociológicos, os sociólogos podem, fazem e devem liderar o caminho.

Com humildade sobre os limites de nosso conhecimento, respeito por aqueles de quem discordamos, e abertura para sermos surpreendidos por nossas próprias conclusões, os sociólogos podem ajudar a cultivar a alfabetização social necessária para navegar nos nossos tempos atuais - e nesse processo, ajudar a trazer soluções sustentáveis para muitos dos problemas sociais mais urgentes do mundo. ■

Contato com:
 Howard Ramos <howard.ramos@dal.ca>
 Rima Wilkes <wilkesr@mail.ubc.ca>
 Neil McLaughlin <ngmclaughlin@gmail.com>

> Sociologia comprometida com políticas públicas

Por **Daniel Béland**, Escola de Pós-Graduação de Políticas Públicas Johnson Shoyama, Canadá, e Presidente do Comitê de Pesquisas da ISA sobre Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social (RC19)



Thomas Piketty, economista insurgente da desigualdade - os economistas estão roubando o protagonismo dos sociólogos?

Na maior parte do mundo, dentro dos círculos políticos, a sociologia tem um perfil inferior que a economia – um *status* refletido no desdenhoso chamado contra a “sociologia comprometida” do ex-primeiro ministro canadense, Stephen Harper. Como sociólogo que trabalha em uma escola política canadense, interajo com economistas diariamente e uso rotineiramente seus trabalhos em minha própria pesquisa. O que é surpreendente em relação à economia, a disciplina de ciências sociais de maior prestígio dentro dos círculos políticos, é a sua capacidade de falar sobre problemas concretos de política usando sofisticados instrumentos teóricos e metodológicos.

Mas apesar desse foco em implicações políticas ser uma força da economia dominante, a disciplina tem seus pontos cegos. Entre esses, destaca-se a sua tendência em excluir tópicos que os sociólogos e outros cientistas sociais reconheceram, há muito tempo, como cruciais, complicando o diálogo interdisciplinar sobre políticas públicas.

Ainda assim, se os sociólogos esperam entrar no mundo da política, se querem que seu trabalho dê forma aos debates de política e se querem tornar a disciplina relevante fora da academia, eles precisam seguir o exemplo dos economistas. Os sociólogos precisam identificar o potencial impacto político de suas pesquisas e descobrir como disseminar essas implicações políticas para os formuladores de políticas.

Essa tarefa é especialmente importante, porque os economistas estão fazendo incursões enormes em áreas de pesquisa uma vez dominadas por sociólogos. Apesar de importantes exceções (no Canadá, poder-se-ia pensar em John Myles, em relação à política social, e Gérard Bouchard e Victor Satzwich, em relação à política de imigração), os sociólogos não são geralmente vistos como fontes particularmente legítimas ou proeminentes de aconselhamento político – mesmo em relação à desigualdade, área de pesquisa há muito tempo dominada por sociólogos que escrevem sobre a classe, renda, gêne-

>>

ro ou desigualdades étnicas. Até recentemente, a maioria dos economistas dominantes (isto é, não-marxistas) não prestava muita atenção à desigualdade, uma vez que não se encaixava bem nos modelos neoclássicos. Recentemente, porém, os economistas começaram a combater a desigualdade, oferecendo recomendações políticas claras que visam reduzi-la; o livro de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI* (2013), tem recebido uma atenção significativa dos formuladores de políticas em todo o mundo. Porque é escrito por um economista bem visto, e devido à posição dominante da economia dentro dos círculos da política, o trabalho de Piketty está gerando mais atenção do que o trabalho dos diversos sociólogos que publicaram previamente sobre as desigualdades crescentes.

Apesar ou talvez por isso, os sociólogos precisam fazer um esforço extra para alcançar os militantes das políticas e os tomadores de decisão. Os sociólogos tendem a oferecer perspectivas mais críticas e historicamente fundamentadas sobre a desigualdade do que os economistas (ou seja, estudos que discutiram as relações de poder assimétricas e sua evolução ao longo do tempo em áreas políticas concretas), razão pela qual é tão importante que sua voz única seja ouvida dentro dos círculos políticos em debates sobre desigualdade. De um modo mais geral, no que diz respeito à desigualdade e mais além, o trabalho de política aplicada deve ser mais valorizado na disciplina se os sociólogos quiserem desempenhar um papel mais direto na formação do mundo à sua volta.

Se aprendermos a abordar os formuladores de políticas com propostas políticas concretas em mãos, eles poderão ver como a sociologia é relevante para enfrentar um dos maiores problemas encarados pelo mundo de hoje. Os sociólogos também devem se envolver com os economistas e ser tão determinados quanto eles em oferecer soluções práticas para os problemas do dia. Isso significa que os sociólogos que trabalham com desigualdade devem pensar mais cuidadosamente suas recomendações sobre o contexto político (por exemplo, os programas atuais como o *Suplemento de Renda Garantida do Canadá* para idosos e o sistema de equalização federal do país), e considerar questões como financiamento e implementação – questões estas que tanto os economistas quanto os tomadores de decisão prestam muita atenção.

A segunda área de pesquisa que os sociólogos têm tradicionalmente dominado – e que os economistas estão agora entrando – é a análise de normas e formação

de identidade. Enquanto Piketty pode ser o novo rosto da economia nos debates sobre a desigualdade social, o Prêmio Nobel de Economia George Akerlof e sua colega, Rachel Kranton, são os campeões do que eles chamam de *A Economia da Identidade* [*Identity Economics*] (2010). A economia da identidade centra-se no estudo de normas culturais (sobre questões como as relações de gênero e o tratamento de crianças e idosos) e como elas moldam o comportamento humano, duas questões fortemente associadas à sociologia como disciplina.

Embora não seja tão conhecido como o trabalho de Piketty fora dos círculos acadêmicos, o surgimento da economia da identidade é um fenômeno significativo porque, mais do que a desigualdade, as normas e a identidade historicamente foram negligenciadas pelos economistas dominantes. Do ponto de vista interdisciplinar, é uma boa notícia que pelo menos alguns economistas finalmente descobriram normas e identidades, pois isso poderia levar a um rico diálogo interdisciplinar. O trabalho de Akerlof e Kranton poderia mostrar aos sociólogos como os acadêmicos que trabalham nessas questões podem gerar soluções concretas para uma série de questões políticas. Por exemplo, estudar como as pessoas mais jovens se veem em relação aos adultos pode ajudar a melhorar o nível de escolaridade ou a formular políticas antitabagistas mais eficazes. Os sociólogos podem ter proposto prescrições políticas semelhantes no passado, mas a economia da identidade nos lembra que as normas e identidades sociais são questões importantes para a pesquisa de políticas. Essa realização deve encorajar mais sociólogos que trabalham na área a desenhar e promover novas soluções políticas derivadas de suas análises empíricas.

Esses exemplos sugerem que os principais economistas estão finalmente prestando mais atenção nos importantes fenômenos sociais – questões que os sociólogos têm estudado há muito tempo. Essas novas oportunidades para a colaboração interdisciplinar também representam um desafio para os sociólogos que trabalham nessas áreas e que querem fazer a diferença: Esses sociólogos e seus colegas em outros subcampos da disciplina devem intensificar o seu jogo para promover ativamente suas recomendações políticas fora da academia. Eles devem usar meios tradicionais e mídias sociais para chegar aos cidadãos comuns, militantes e tomadores de decisão, para garantir que a “sociologia comprometida” se torne um imperativo nos debates políticos, ao invés de algo que os políticos podem simplesmente ignorar. ■

Contato com Daniel Béland <daniel.beland@usask.ca>

> A não-cidadania precária no Canadá

Por **Patricia Landolt**, Universidade de Toronto, Canadá e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Sociologia das Migrações (RC31)

A sociologia continua a ser uma voz crucial no debate público porque desafia a compreensão do senso comum de questões sociais urgentes. Considere, por exemplo, migração e imigração. No Canadá, e em outros países colonizadores, a imigração é comumente entendida como um movimento permanente, com o objetivo de aumentar a população nacional do país. A sociologia da migração mostra, no entanto, que a imigração temporária está aumentando, e as políticas que promovem a imigração estão levando à precariedade da não cidadania. Uma lente sociológica oferece interpretações contra-hegemônicas do atual sistema de imigração e seu impacto sobre a desigualdade social.

Globalmente, o estatuto jurídico e a cidadania são determinantes essenciais do bem-estar e da mobilidade. Mas também criam desigualdade. Nos últimos anos, os Estados responderam ao aumento da migração global criando novas categorias jurídicas para os não cidadãos, institucionalizando trajetórias autorizadas de não-cidadania, levando os imigrantes a passarem anos num estatuto jurídico incerto e muitas vezes empurrando os imigrantes para a ilegalidade.

Os caminhos e o acesso à cidadania estão cada vez mais restritos, ao passo que proliferam os sistemas extralegais de detenção e deportação de imigrantes. Essa mudança global difere de país para país, mas no Canadá, a mudança da relação entre imigração temporária e permanente levou ao aumento da não-cidadania precária, expressa na imigração, nos mercados de trabalho e na experiência de trabalho.

A não-cidadania precária refere-se ao status legal temporário ou limitado e às experiências associadas de inclusão diferencial. O estatuto jurídico precário significa que uma pessoa tem apenas um direito legal temporário de estar presente num país, com acesso limitado ou não acesso aos direitos do Estado. Mais importante ainda, os não-cidadãos precários são deportáveis; o Estado pode usar

sua força para prender e remover cidadãos estrangeiros precários do território nacional.

Os não-cidadãos precários vivem, trabalham, estudam e criam sua família num país onde seu direito de estar presente, de trabalhar e de ter acesso aos recursos do Estado é restringido pela lei. No Canadá, a população com estatuto jurídico precário inclui todas as categorias de trabalhadores imigrantes temporários, estudantes internacionais, requerentes de refúgio, pessoas com vistos especiais e qualquer pessoa que esteja fora do seu estatuto. Em 2010, havia entre 1,2 e 1,7 milhão de não-cidadãos precários vivendo e trabalhando no Canadá, um país com uma população de 34 milhões.

No Canadá, sempre houve uma tensão entre o desejo de certos imigrantes para o crescimento populacional de longo prazo e o desejo de outros imigrantes como uma oferta de trabalho de curto prazo. Historicamente, o equilíbrio entre metas de longo prazo e de curto prazo foi resolvido através de um sistema de imigração de duas vias. Uma via era para imigrantes temporários que vêm com restrições significativas sobre onde poderiam trabalhar, se poderiam trazer suas famílias, e quanto tempo poderiam ficar. Os imigrantes dessa via temporária incluem homens chineses que migraram para trabalhar na ferrovia na década de 1880, mulheres caribenhas que vieram trabalhar como domésticas na década de 1950 e trabalhadores mexicanos que vieram fazer trabalho agrícola sazonal na década de 1970. Uma segunda via tem oferecido permanência para imigrantes selecionados através do Sistema de Pontos Federais, com base na educação, conhecimento da língua oficial e laços familiares. Até a década de 1990, essas duas vias eram organizacional e discursivamente separadas; a primeira via trazia não-cidadãos, trabalhadores temporários, em grande parte ocultos à vista, enquanto a segunda via era muito visível, trazia imigrantes para a construção da nação. Essa última foi foco de nossa celebração coletiva do modelo canadense de imigração.

>>

“ não-cidadãos precários são parte do tecido social e econômico do Canadá”

Na década de 2000, a política de imigração federal rompeu com o sistema estabelecido de duas vias. Primeiro, os critérios de elegibilidade para imigrantes qualificados independentes foram reduzidos para selecionar pessoas com mais riqueza, maior nível de escolaridade e indicadores mais claros de proficiência da língua oficial. Em segundo lugar, os critérios de elegibilidade para a entrada de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes de classe familiar foram reduzidos. Em terceiro lugar, os requisitos de qualificação para trabalhadores estrangeiros temporários foram afrouxados para permitir categorias profissionais de alta e baixa qualificação. Finalmente, novos mecanismos foram estabelecidos para permitir que imigrantes temporários selecionados passassem à residência permanente. Os empregadores são os principais intermediários que determinam se os trabalhadores não-cidadãos passam da imigração temporária para a permanente. Em resumo, houve um estreitamento da via para a imigração permanente direta, um alargamento de trilhas migratórias temporárias e novos mecanismos criados para permitir que alguns imigrantes temporários mudassem para a via da imigração permanente. Como resultado, entradas temporárias para o Canadá agora superam consistentemente as entradas permanentes.

A nova relação entre a imigração temporária e permanente afeta o trabalho e os mercados de trabalho do Canadá, uma vez que os trabalhadores precários não-cidadãos são uma nova e mais visível atração no cenário econômico. Até a década de 1990, os trabalhadores temporários imigrantes estavam concentrados na produção agroindustrial sazonal, no setor de serviços urbanos de alta habilidade e no trabalho de cuidados domésticos, mas esse padrão mudou. Em 2011, os trabalhadores temporários estavam presentes em todas as províncias e territórios do país, nos

grandes e pequenos centros urbanos e nas zonas rurais. Junto com essa difusão geográfica veio a dispersão e desclassificação ocupacional. Em 2005, as cinco principais ocupações listadas para trabalhadores estrangeiros temporários eram classificadas como de alta habilidade e estavam concentradas nas indústrias criativas. Em 2008, as principais ocupações foram o trabalho em serviços de alimentação de baixo nível e construção civil.

Os trabalhadores precários não-cidadãos e os trabalhadores cidadãos dispõem de direitos distintos em relação ao Estado e aos empregadores embora trabalhem lado a lado nos locais de trabalho em todo o Canadá, mas sabemos muito pouco sobre esses locais de trabalho de status legal misto. É quase certo que a presença de trabalhadores não-cidadãos deportáveis no mercado de trabalho tem algum impacto sobre todos os trabalhadores. Dados de outros países apontam para uma erosão generalizada das normas de trabalho e condições de trabalho no chão de fábrica.

A não-cidadania precária altera o equilíbrio de poder entre os trabalhadores, os empregadores e o Estado, e entre os cidadãos e os não-cidadãos. Em particular, a deportabilidade limita a capacidade dos trabalhadores não cidadãos de reivindicar e exercer direitos no mercado de trabalho. É claro que essa diferença entre os trabalhadores cidadãos e os trabalhadores não-cidadãos era verdadeira há 100 anos assim como é hoje. A diferença entre então e agora, no Canadá, é a centralidade da não-cidadania precária, incluindo o crescente número de pessoas afetadas, as mudanças no sistema de imigração de duas vias e até que ponto os não-cidadãos precários são parte do tecido social e econômico do Canadá. ■

Contato com Patricia Landolt <landolt@utsc.utoronto.ca>

> Empenhando a sociologia através da justiça ambiental

Por **Cheryl Teelucksingh**, Universidade Ryerson, Canadá



Manifestantes se reúnem contra a exploração de gás de xisto em New Brunswick, no Canadá.

res o quanto as pessoas racializadas estão social e espacialmente segregadas nos subúrbios da cidade.

Ao invés de simplesmente tratar esses eventos como tensões políticas e econômicas separadas, que exigem diferentes formas de ativismo ou intervenção, é fundamental para os sociólogos observar os vínculos entre ativismo, ação e questões, de maneira a exercer pressão por reformas políticas. Argumento que a justiça ambiental oferece um guarda-chuva para a sociologia fazer exatamente isso.

Enquanto cidades em todo o mundo estão vendo um aumento no racismo e nativismo, essa tendência parece ter chegado a Toronto. Isso pode ser surpreendente, uma vez que Toronto é também uma das cidades mais multiculturais do mundo e, como outras grandes cidades, também é anfitriã de ambas as melhores e as piores condições urbanas.

Durante o ano passado, houve um aumento nos protestos urbanos em todo o mundo, e Toronto não foi exceção. Discórdias resultantes da eleição americana de 2016; protestos das vítimas da crise hídrica de Flint; ação maciça dirigida pelos indígenas contra o oleoduto em Standing Rock, Dakota do Norte; ou os desafios do movimento *Vidas Negras Importam* [*Black Lives Matter*] para uma panaceia pós-racial que nunca existiu. Cada um deles é exemplo de protesto liderado por *millennials*, dirigidos às mídias sociais e às ruas.

Tensões e mobilizações semelhantes também surgiram em Toronto, onde a maioria da população é estrangeira e muitos são racializados. Para alguns, foi chocante ver um aumento de incidentes racistas em uma cidade há muito conhecida por sua cultura de multiculturalismo. O movimento *Vidas Negras Importam* de Toronto atrasou o principal desfile do orgulho gay da cidade, em protesto contra a violência policial, e os refugiados tâmil bloquearam uma das principais rodovias da cidade, lembrando aos morado-

A justiça ambiental é tanto um quadro teórico quanto um movimento social que busca unir questões de justiça social em movimentos ambientais. Ao ampliar as noções tradicionais e excludentes associadas à conservação, à uma visão mais abrangente do ambientalismo, a justiça ambiental integra uma ampla gama de problemas sociais e ambientais, desde saúde, habitação e planejamento urbano até policiamento.

Como uma abordagem ao ativismo, a justiça ambiental baseia-se em estratégias de protesto associadas ao movimento de direitos civis – bloqueios, petições e campanhas midiáticas – para lutar por uma política social e ambiental pró-ativa. Inspirada no trabalho seminal de Robert Bullard, a justiça ambiental se tornou exemplo de uma sociologia voltada para a comunidade que é responsiva e relevante para as preocupações sociais, políticas, econômicas e ambientais interrelacionadas de hoje.

Em seu formato inicial, a justiça ambiental se concentrou em destacar a distribuição espacial desigual dos riscos ambientais enfrentados pelos povos marginalizados, racializados, de baixa renda e indígenas. No Canadá, isso envolveu atribuir um nome ao legado colonial de infraestrutura deficiente e à falta de consulta com os povos indígenas nas decisões sobre a terra e recursos que afetam as

>>

suas comunidades. Sobre isso, as preocupações comuns sobre os direitos à terra, a saúde e os riscos para os ecossistemas criam ligações entre questões de justiça social – e estabelecem uma ligação óbvia entre os protestos indígenas sobre o desenvolvimento das areias petrolíferas em Alberta e o protesto contra o oleoduto em Standing Rock.

A justiça ambiental em centros urbanos, incluindo Toronto, também forneceu um quadro para questionar o *status quo* e avançar em direção a soluções para os processos desiguais de desenvolvimento urbano. Essas tendências estão ligadas ao desinvestimento sistemático em comunidades racializadas de baixa renda, resultando em menos espaço verde e menos opções de alimentos saudáveis, bem como falta de habitação a preços acessíveis, menor acesso ao transporte público e maior quantidade de policiamento e estigma social.

Os sociólogos ambientais canadenses, como outros ao redor do mundo, estão examinando como as organizações não-governamentais ambientais, a mídia e as políticas governamentais enquadram e respondem às necessidades dos canadenses marginalizados. Seu trabalho mostra como as injustiças ambientais tornam-se aparentes quando nós perguntamos quem obtém o quê e por quais meios isso ocorre.

As desigualdades no acesso aos recursos e ao poder atravessam muitos dos atuais fluxos de ativismo, e também podem uni-los. Em Toronto, e globalmente, o privilégio branco está associado a vantagens econômicas, sociais e ambientais. Os padrões históricos de tomada de decisão reforçaram as estruturas de poder existentes e mantiveram o *status quo*, de modo que, enquanto os bairros bons melhoram, os bairros pobres se tornam mais degradados.

Mais recentemente, em Toronto, a justiça ambiental tem sido usada como um estandarte para os protestos contra a expansão das areias betuminosas do petróleo sujo de Alberta e contra as crescentes desigualdades da globalização. À medida em que as corporações multinacionais mudam as suas instalações produtivas para os países menos desenvolvidos, onde os salários são mais baixos e as regulamentações ambientais são menos rigorosas, a globalização liga os pobres e os racializados – aqueles vulneráveis a injustiças ambientais em seus locais de trabalho, lares e comunidades – localmente e globalmente.

A mudança climática é uma preocupação global para os sociólogos que trabalham com justiça ambiental. No

Canadá, a política de justiça climática é complicada pela dependência dos combustíveis fósseis como um motor econômico, cujos beneficiários tendem a ver os efeitos da mudança climática ou as preocupações sobre a expansão do gasoduto como distantes e gerenciáveis. Em contraste, nos países menos desenvolvidos que são mais vulneráveis a desastres naturais, muitas vezes com infraestruturas mais pobres, maiores assentamentos costeiros e maior dependência da pesca de subsistência e da agricultura, o impacto das mudanças climáticas causadas pelas emissões de carbono parece mais imediato. Assim, no Canadá há uma necessidade premente para enquadrar as decisões locais de energia no contexto das consequências globais.

Tomados em conjunto, esses exemplos mostram que há pelo menos três aspectos da justiça ambiental que poderiam informar a “sociologia comprometida” nesses tempos de crise e protesto.

Primeiro, os sociólogos precisam estar abertos a abordagens interdisciplinares. A justiça ambiental se baseia em métodos qualitativos, quantitativos, espaciais e legais, e se baseia em marcos teóricos de geografia, direito, planejamento urbano, saúde pública e sociologia. Algumas pesquisas de justiça ambiental têm se concentrado em descobrir as narrativas e experiências daqueles que sofrem de riscos ambientais, racismo e outras opressões muitas vezes ignoradas. Essas narrativas ocultas são um ponto de partida importante para o estudo do processo de mudança.

Segundo, os sociólogos precisam defender as reformas de políticas sociais e ambientais de partes interessadas do governo e do setor privado. Nosso entendimento dos problemas sociais e ambientais está em constante evolução e são necessárias intervenções de justiça climática nos níveis local e global para proteger as populações vulneráveis desproporcionalmente impactadas pelos riscos de saúde, econômicos e ambientais associados às mudanças climáticas.

Por fim, para além da implementação da política, há um papel para os sociólogos desempenharem no acompanhamento e na avaliação de novas políticas a partir da perspectiva das comunidades marginalizadas, uma tarefa que se beneficiaria de uma abordagem interseccional. Ao utilizar uma lente da justiça ambiental, os sociólogos podem ajudar a fortalecer a relação entre a política, assim como a construção de um mundo mais justo social. ■

Contato com Cheryl Teelucksingh <teeluck@arts.ryerson.ca>

> Sociologia em um tempo (praticamente) como nenhum outro

Por **Karen Foster**, Universidade Dalhousie, Canadá



Visto em uma casa em Halifax, Nova Scotia, Canadá, fevereiro de 2017.
Foto por Karen Foster.

Para muitos, 2016 marcou o fim do mundo como o conhecíamos. As revoltas populistas representadas pelo voto Brexit e a vitória eleitoral de Trump, a violência de Duterte nas Filipinas e o ressurgimento de governos autoritários e partidos políticos abalaram a ordem capitalista democrática neoliberal. Paralelamente às correntes políticas, vimos a disseminação de “notícias falsas” e uma crescente reação contra a “correção política” em todo o mundo, anunciando o que alguns veem como uma era nova, a da “pós-verdade”.

Parece que os fatos não importam tanto quanto opiniões e emoções. A compaixão pelos “outros” está

em baixa como nunca e corremos o risco de repetir algumas das piores atrocidades antropogênicas que o mundo já viu. A sociologia torna-se um grande alvo de escárnio em tempos políticos como esses, mas se aplicarmos a imaginação sociológica poderemos ver nuances ocultas, e nelas, esperança e pistas sobre o que fazer em seguida.

Pode ser muito fácil ver as rupturas na história, e muito difícil de ver continuidades. A sociologia e suas disciplinas irmãs têm declarado muitas rupturas, fins e começos antes — o fim do trabalho, o fim da história e até mesmo o fim da própria sociologia! Após uma investigação mais aprofundada e com o passar do tem-

po, no entanto, estas reivindicações foram moderadas. Com cada ruptura, há sempre fios de continuidade. O pronunciamento de Foucault soa verdadeiro: cada momento é “*um tempo como qualquer outro, ou melhor, um tempo que nunca é como qualquer outro*”.

Nossa tarefa como sociólogos — especialmente para aqueles de nós que fazem sociologia histórica — é rastrear os fios que podem ligar o que está acontecendo agora com o que veio antes, para que não podemos perder causas ocultas ou erroneamente atribuir culpa a variáveis intervenientes. A sociedade democrática liberal, cuja perda podemos muito bem ser obrigados a lamentar, carre-

>>

gou em parte as sementes para sua própria destruição; reconstruí-la exatamente como era não é a resposta.

Mesmo a aparente transformação da relação da sociologia com a sociedade – através do Estado governante, organizações cívicas, ou através da universidade – deve ser devidamente historicizada e avaliada criticamente. Os praticantes e as ideias de nossa disciplina tiveram uma relação inconstante com o poder, nunca totalmente “em sintonia” com as elites, e tampouco nunca totalmente “desintonizada”.

Os sociólogos, por exemplo, estavam entre os primeiros especialistas que o governo dos EUA recrutou para redesenhar *literalmente* as fronteiras nacionais na Europa pós-Guerra. Mas vários deles, incluindo o da Universidade de Chicago, W.I. Thomas, foram expulsos de suas posições e publicamente envergonhados quando suas ideias sobre internacionalismo, identidade nacional e ordem social entraram em conflito com a visão de internacionalismo dos Aliados.

É importante ressaltar que Thomas e outros sociólogos rejeitados pelos círculos políticos de pós-guerra não se preocuparam em adaptar a sociologia à agenda de seu governo. Não comprometeram o que suas pesquisas tinham que mostrar como verdade a serviço do governo. No entanto, eles *de fato* trabalhavam diretamente com os pobres, os imigrantes e outras pessoas à margem, criando instituições para protegê-los e promover seus interesses.

Alguns dos enredos da sociologia com o governo e os movimentos sociais eram horrendos. O movimento da eugenia vem à mente como um exemplo chocante. Mesmo os ema-

ranhados que parecem comparativamente benignos, como a centralidade da nossa disciplina para a Escola de Relações Humanas do meio do século XX, implicam a sociologia no sofrimento humano – neste caso, o preço que a organização industrial do trabalho teve nas pessoas e na sociedade.

Esses são os tipos de exemplos históricos que precisam ser examinados se os nossos piores temores sobre o autoritarismo e o fascismo no período contemporâneo se tornam realidade. Atualmente, estamos preocupados com a sociologia como prática. Se o pior acontecer, é como uma *profissão* que precisaremos rever, aperfeiçoar e fortalecer nossos códigos de ética para que não ponham nossas habilidades e conhecimentos ao serviço da injustiça. Os sociólogos têm sido especialistas sobre autoritarismo, mas eles nem sempre resistiram a ele.

Os sociólogos também precisam reconhecer que a sociologia nunca foi uma disciplina homogênea, monolítica, com uma relação singular com as forças e instituições que dirigem a vida social. Como um corpo multifacetado de conhecimentos, métodos e teorias, não se entrega ou se resigna totalmente.

Considere o fato de que, no contexto da eleição presidencial estadunidense, quando acreditávamos que ninguém queria ouvir uma explicação sociológica, *Strangers in Their Own Land*, da socióloga Arlie Russell Hochschild, livro que analisou o típico eleitor de Trump, tornou-se *best-seller* do *The New York Times*.

O último trabalho de Hochschild é, entre outras coisas, uma obra de sociologia rural, uma subdisciplina que oferece amplas oportunidades para

influenciar as políticas públicas. Os formuladores de políticas que trabalham em comunidades periféricas, onde os custos da globalização sempre prevalecem sobre os benefícios, estão reconhecendo que alguns dos seus pressupostos fundamentais – por exemplo, o desejo de crescimento econômico a qualquer custo, a viabilidade de economias de exportação, a noção de que maior é automaticamente melhor – não são úteis ou sustentáveis. Eles também experimentaram o que acontece quando a política pública ou institucional não presta atenção aos comportamentos coletivos, valores, normas e crenças.

Uma massa crítica de pessoas, acadêmicos e políticos em todo o mundo está construindo ideias econômicas alternativas, e um crescente corpo de erudição e ativismo questiona, por motivos ecológicos e econômicos, a busca interminável do crescimento econômico. Internacionalmente, uma comunidade crescente está trabalhando para desestabilizar as medidas de sucesso econômico, como o PIB, que guiaram tantas políticas domésticas e internacionais. Tais esforços desestabilizadores têm o potencial de abrir portas para “outros mundos” – embora também tenham o potencial de serem colocados na direção dos mesmos fins que eles devem criticar.

É por isso que o trabalho do sociólogo nunca está encerrado. Ainda há um apetite por conhecimento sociológico. Se percebermos que nossas ideias perderam força ou que a nossa disciplina está descendo a ladeira, é necessário sermos mais precisos sobre o que realmente mudou. Essa precisão só virá através da qualidade que torna a sociologia algo coerente apesar da sua heterogeneidade: através da imaginação sociológica. ■

Contato com Karen Foster
<Karen.Foster@Dal.Ca>

> Engajando a mídia em tempos difíceis

Por **Fuyuki Kurasawa**, Universidade York, Canadá e Membro da Diretoria do Comitê de Pesquisas em Teoria Sociológica da ISA (RC16)



econômicos cruciais precisam ser ouvidas mais amplamente.

Além disso, envolver-se com os meios de comunicação faz com que os sociólogos públicos e profissionais sejam melhores. Simultaneamente, isso nos permite encontrar um leque mais amplo de ideias, opiniões e experiências, obrigando-nos a refletir, moldar e apresentar nosso trabalho a um público não acostumado ao discurso acadêmico.

De uma perspectiva global, a experiência canadense oferece lições valiosas. Suas duas esferas públicas dominantes e linguísticas abrangem e refletem as duas formas mais comuns pelas quais as organizações de mídia veem os sociólogos em todo o mundo – e, inversamente, ilustram as duas estratégias através das quais os sociólogos participam em debates públicos via agências de notícias, como profissionais especializados ou como intelectuais públicos.

No Canadá anglófono, assim como no resto do mundo anglo-americano, a sociologia profissional é um modo mais prevalente de prática disciplinar. Aqui, as agências de notícias solicitam principalmente que os sociólogos sejam especialistas em um tópico preciso que receba cobertura (digamos, o assentamento de refugiados sírios ou o *bullying* alimentado pelas redes

Convidar os sociólogos para se envolverem com a mídia neste momento particular parece pouco propício. A proliferação de nacionalismos populistas e fundamentalismos religiosos está enco-rajando políticos e celebridades – categorias que parecem cada vez mais confusas em nossa era de *infoentretenimento* – a professar abertamente hostilidade ou igno-rância de qualquer tipo de experiência. Os sociólogos podem enfrentar o animismo político ou a indiferença popular, pois revelamos verdades inconvenientes que podem perfurar, minar ou contrariar dogmas acalentados, ou o senso comum naturalizado, (profanamente ou teologicamente) sagrado e aparentemente evidente em relação ao mundo social.

Um apelo para o engajamento dos meios de comunicação também vai contra uma crença generalizada den-

tro da comunidade sociológica que vê as organizações de mídia como instrumentos do poder corporativo ou do Estado, ou que considera sociólogos que trabalham com notícias serem covardes, superficiais e diletantes ao trabalho erudito sério. Também ao longo dos últimos anos, uma multiplicação de manuais para os acadêmicos interessados em divulgação pública através de plataformas de mídia social inadvertidamente fomentou a percepção de que a mídia convencional está deslizando para a lixeira da obsolescência cultural e tecnológica.

Quaisquer que sejam os núcleos de verdade que possam estar nesses argumentos, o desengajamento da mídia privará os sociólogos do acesso aos meios de comunicação de massa. O alcance destes últimos permanece inigualável – no momento em que as perspectivas sociológicas em debates sociais, políticos, culturais e

sociais nas escolas secundárias). Ao mesmo tempo, de acordo com as tendências norte-americanas e britânicas, a sociologia anglo-canadense permanece confinada a uma posição pública relativamente subordinada em relação à economia, à psicologia ou à ciência política, cujos profissionais têm tradicionalmente desfrutado de uma presença em na televisão nacional e programas de rádio ou em grades jornais.

No Québec francófono, por outro lado, a sociologia ocupa um papel público que rivaliza e, muitas vezes, ultrapassa o profissionalismo – tal como acontece na América Latina e na Europa continental, onde a disciplina se beneficia de um grau relativamente elevado de estima sociocultural e prestígio intelectual. Os sociólogos têm contribuído de maneira significativa para a articulação dos fundamentos sociais e culturais da identidade coletiva e da nacionalidade do francófono quebequense desde a “*Révolution tranquille*” anticlerical e modernizadora dos anos 1960. Como resultado, os sociólogos no Québec tendem a ser vistos como intelectuais públicos e generalistas. Frequentemente, jornalistas ou antifitriões abordam os sociólogos para opinar sobre questões sociais e políticas amplas, perguntando: “*o que você, como sociólogo, pensa*” sobre um determinado assunto?

Embora as observações acima sejam derivadas do contexto canadense, o caráter dual do posicionamento da sociologia – seja como uma pro-fissão especializada ou uma busca intelectual pública – é generalizável para muitos outros cenários. Além disso, como seus riscos e recompensas são diferentes, cada um desses modos de prática requer um conjunto distinto de estratégias de engajamento da mídia – e cada uma oferece lições valiosas para todos os profissionais.

No mundo anglo-americano, onde a legitimidade da sociologia está menos bem estabelecida e se baseia principalmente na especialização

profissional, três princípios poderiam ajudar nos esforços de divulgação da disciplina:

- **Compreender o seu posicionamento.** Estude o terreno ideológico e profissional de suas mídias nacionais para entender qual papel você pode ser chamado a desempenhar. Por que os produtores ou jornalistas o estão solicitando isso; para que fins a sua experiência está sendo solicitada; e como as suas declarações serão enquadradas em um artigo ou durante uma aparição?

- **Considerar a variedade.** Aplique o princípio analítico da sociologia da mídia de amostragem representativa às entrevistas que você concede falando com fontes de notícias menos prestigiosas ou consagradas, como estações de rádio comunitárias, jornais menores, e assim por diante. Isso permitirá que você alcance um público que pode não estar tão familiarizado com um ponto de vista sociológico sobre um determinado tópico, e que pode ser intrigado por ele.

- **As opiniões são fáceis, mas os fatos (sociológicos) só são alcançados com esforço.** Na era das mídias sociais, todo mundo tem uma opinião e uma plataforma para transmiti-la. A sua diferencia específica como um especialista profissional, então, decorre de sua capacidade de recorrer aos resultados da pesquisa e citar fatos para combater os equívocos populares, bem como de localizar um determinado evento dentro de seu contexto mais amplo sócio-histórico e comparativo.

Para lugares como a América Latina, a Europa continental e o Québec francófono, onde o sociólogo desempenha regularmente o papel de intelectual público e onde o envolvimento dos meios de comunicação leva à especialização pro-fissional, tenho duas propostas:

- **Molde o encontro.** Como os jornalistas ou os produtores normalmente realizam uma pré-entrevista

com você e valorizam os seus conselhos, aproveite a oportunidade para moldar o ângulo que a história vai seguir. Sugira linhas alternativas de investigação, recomende outra pessoa a ser entrevistada, ou acompanhe o envio de relatórios, dados, ou mesmo (sugira!) um artigo de revista ou um livro sobre o assunto.

- **Mantenha seus olhos no prêmio.** Dado que você será visto como um intelectual público, será tentador fazer pronunciamentos abrangentes sobre o estado do mundo ou especular sobre os laços causais. Em vez disso, dirija a entrevista de volta para assuntos que tocam em suas áreas de especialização. Fazê-lo de uma forma concisa que se concentra em pontos-chave, oferecendo uma análise que é acessível, mas nem diluída nem muito simplificada.

Um ponto final se aplica a todas as configurações: o tempo é tudo. Os prazos apertados e o jornalismo fugaz são sacrossantas para a mídia. Você precisa encontrar um equilíbrio entre acomodar seus pedidos de última hora e a sua própria programação. Repórteres, produtores e editores não podem esperar e não esperarão que você encontre o tempo para conceder-lhes uma entrevista ou publicar a sua opinião, uma vez que as matérias são arquivadas ou apagadas da consciência pública.

Ao invés de sugerir que os sociólogos devem tornar-se faladores pomposos ou especialistas cansati-vos, tenho argumentado a favor da renovada colaboração com os meios de comunicação. Cabe-nos cultivar o duplo propósito da sociologia como vocação pública e disciplina profissional, uma alternativa ao falatório de relações públicas, às trivialidades empresariais ou ao oportunismo cínico que muitas vezes nestes tempos difíceis se passa por sabedoria. ■

Contato com Fuyuki Kurasawa
<kurasawa@yorku.ca>

> Universidades dos EUA um novo local para lutas de imigrantes?

Por **Sandra Portocarrero** e **Francisco Lara García**, Universidade de Columbia, EUA



Estudantes universitários dos EUA exigindo que seu campus seja um refúgio para estudantes indocumentados.

Em 15 de junho de 2012, a administração Obama anunciou a criação do programa *Ação Diferida para Crianças* (DACA), mudando a política de imigração dos EUA para permitir que cerca de 1,7 milhão de jovens imigrantes indocumentados que entraram nos Estados Unidos como crianças recebessem um abrandamento administrativo da deportação, renovável por dois anos. A DACA também estendeu a elegibilidade para permissão de trabalho a esses jovens imigrantes sem documentos e proporcionou maior acesso ao ensino superior. A maioria dos residentes nos Estados Unidos considera como certo liberdades como o privilégio de andar sem medo de deportação, como se candidatar a empregos, ou obter uma educação. A DACA estendeu essas liberdades aos jovens e sem documentos, permitindo que pessoas que consideram os Estados Unidos a sua casa desfrutem

desses privilégios com tranquilidade, pelo menos durante o período de adiamento.

Após a eleição de Donald Trump como presidente do país, a paz de espírito foi trocada por ansiedade. O medo decorrente da retórica anti-imigrante que caracterizava a campanha de Trump se espalhou como um incêndio. Mais imediatamente, os beneficiários do DACA temiam que as proteções estendidas pela administração Obama fossem sumariamente rescindidas. Mas o sentimento de ansiedade vai muito mais longe: os imigrantes de todos os estados temem que novas restrições draconianas à imigração possam afetar todos eles.

Esses temores foram confirmados em 27 de janeiro de 2017, quando o presidente assinou uma ordem executiva proibindo as pessoas de sete nações de maioria muçulmana de entrar no país. Devido à ampla

linguagem da ordem e à sua implementação desigual, imigrantes de todas as nacionalidades e estatutos legais – incluindo refugiados e cidadãos americanos – foram apanhados por uma promulgação agitada, com protestos por todo o país. Todos os imigrantes, sejam eles refugiados, detentores de vistos de estudante ou residentes permanentes, acordaram para um Estados Unidos onde a probabilidade de serem interrogados, detidos e até proibidos de entrar no país aumentou acentuadamente. As diretrizes do Departamento de Estado ainda restringiam a entrada de cidadãos norte-americanos que possuíam a dupla nacionalidade com os países mencionados na proibição.

Durante a noite, a vulnerabilidade parecia ter sido expandida para incluir não apenas os indocumentados, mas quase todos aqueles com o rótulo de imigrantes. Embora o Tribunal Federal de Distrito de Seattle

tenha se movido rapidamente para bloquear a ordem, todo o episódio sugeriu que a política de imunidade da Casa Branca da Trump prestaria pouca atenção às distinções – uma preocupação ressaltada em 6 de março de 2017, quando a nova ordem executiva do presidente impediu a entrada de cidadãos de seis países predominantemente muçulmanos, uma das mais duras intervenções na política de imigração em gerações.

Talvez em nenhum lugar esses conflitos se tornaram mais aparentes do que nos colégios e nas universidades dos EUA. Institucionalmente, as universidades americanas públicas e privadas concentram grupos cada vez mais heterogêneos de imigrantes entre seus professores, pessoal administrativo e instituições estudantis. O programa DACA da administração Obama ampliou essa diversidade: os seus beneficiários eram finalmente capazes de se matricular na faculdade, de ingressar em universidades cujas salas estão cheias de estudantes internacionais e são dirigidas por um professorado composto por imigrantes mais escolarizados. Nenhuma outra instituição contemporânea reúne tantas pessoas de variadas classes, raças e etnias, ou de status de imigrante tão diverso.

Assim, não é surpreendente que as universidades de todo o país juntaram as muitas vozes que se opõem à proibição. Em 13 de fevereiro de 2017, um processo amicus redigido por dezesseis universidades americanas, incluindo todas as universidades da Ivy League, foi registrado no Tribunal de Distrito dos EUA para o Distrito Les-

te de Nova York, desafiando a ordem executiva. O documento afirmou que “as preocupações de segurança podem ser tratadas de uma forma consistente com os valores que a América sempre defendeu, incluindo o livre fluxo de ideias e pessoas além-fronteiras e o acolhimento de imigrantes em nossas universidades”.

Da mesma forma, a Associação Sociológica Americana (ASA) emitiu uma declaração em 30 de janeiro de 2017, opondo-se à ordem executiva inicial de Trump, e incluindo sugestões sobre como efetivamente implementar ações coletivas. Como sociólogos, a ASA nos lembrou, estamos embutidos em uma grande rede de organizações, uma rede que pode ser mais eficaz se nos tornarmos proativos e co-laborarmos. Num momento em que um indivíduo com uma retórica anti-imigrante hostil foi eleito Presidente dos Estados Unidos, as instituições acadêmicas foram empurradas para evoluir de observadores para participantes ativos no tecido da sociedade, refletindo, como disse Michael Burawoy¹, a posição singular que as universidades têm no mundo de hoje, simultaneamente dentro e fora da sociedade, simultaneamente participantes e observadores da sociedade. Em outras palavras, essas declarações públicas transformaram o campo da sociologia em um campo de poder.

Os sociólogos fariam bem em prestar atenção à dinâmica emergente entre diferentes grupos de imigrantes nos campi universitários – um novo fenômeno que talvez seja peculiar ao ambiente colegiado. Hoje,

as instituições que empregam ou representam imigrantes tipicamente defendem imigrantes com perfil econômico e nível educacional específicos: por exemplo, as câmaras agrícolas fazem lobby para políticas que garantam trabalhadores agrícolas baratos e abundantes trabalhadores por jornada indocumentados, enquanto as empresas de tecnologia no Vale do Silício querem acelerar o recrutamento e a contratação de engenheiros altamente qualificados e cientistas da computação. Mas a universidade americana, ao reunir uma variedade tão diversificada de grupos de imigrantes de outra forma diferentes, tem um potencial incomum para servir como o local organizador de movimentos sociais de imigrantes ou resistência eficiente à agenda de Trump. Alternativamente, o fracasso da cooperação para se materializar também seria instrutivo, revelando os limites da colaboração interseccional e os desafios da construção de sólidas redes de solidariedade entre os grupos de imigrantes.

Em suma, à medida que a sociedade civil americana responde aos desafios da era Trump, os sociólogos terão que prestar muita atenção à dinâmica de grupos entre migrantes dentro das universidades. Talvez seja muito cedo para avaliar seu significado maior, mas quando chegar a hora precisaremos de uma abordagem que teorize a posição incomum da universidade americana, lembrando que as universidades são espaços multidimensionais na intersecção de interesses divergentes. ■

Contato com:
Veronica Portocarrero <svp2118@columbia.edu>
Francisco Lara García <f.laragarcia@columbia.edu>

¹ “Redefining the Public University: Developing an Analytical Framework,” Transformations of the Public Sphere, Social Science Research Council, 2011.

> Apresentando a Equipe Editorial Argentina

Por **Juan Ignacio Piovani**, membro dos Comitês de Pesquisas da ISA sobre Pesquisas Futuras (RC07) e Lógica e Metodologia (RC33), e **Pilar Pi Puig** e **Martín Urtasun**, Universidade Nacional de La Plata, Argentina

Ingressamos no *Diálogo Global (DG)* em 2016, depois de cinco anos de impecável tradução espanhola realizada sob supervisão de Majo Álvarez Rivadulla na Colômbia. Desde então, cada edição do DG ofereceu um desafio e uma oportunidade de aprender: depois de várias semanas de trabalho intenso, ficamos com um grande senso de realização.

A tradução nunca é feita diretamente. Como observou recentemente a equipe romena, um problema inicial envolve novas palavras que ainda não foram formalmente traduzidas. Mas dado que o espanhol é amplamente utilizado tanto na academia como nas organizações internacionais, contamos com muitas fontes – artigos, relatórios, *papers*, etc. – para procurar equivalentes espanhóis de neologismos sociológicos e políticos ingleses. No entanto, o próprio fato de o espanhol ser tão difundido também coloca desafios específicos. O espanhol é a língua oficial em 21 países, com quase 500 milhões de falantes nativos em todo o mundo. Cada região, mesmo em círculos acadêmicos, tem sua própria versão distintiva da linguagem, na qual o mesmo conceito pode ser formulado de forma diferente. Para resolver este problema, gastamos muito tempo debatendo a melhor maneira de transmitir um espanhol “neutro”, ou como ser justo com as variantes linguísticas locais e regionais.

No entanto, as complexidades das múltiplas formas de enunciação e recepção vão muito além de uma linguagem específica. Por exemplo, tentar traduzir uma palavra inglesa que tenha um equivalente aparentemente “transparente” espanhol – *liberal* – mostrou-se complicado quando usado para descrever a inclinação ideológica de um político. Nossa primeira opção foi o termo espanhol “*liberal*”. Mas tanto na Espanha quanto na maioria dos países latino-americanos, o “*liberal*” tem uma clara conotação conservadora. Uma alternativa era usar a palavra “*progresista*”, mas em muitos contextos latino-americanos essa palavra evoca o pensamento esquerdista. Assim, seria totalmente inadequado usar o *progresista* para referir-se a um político que pode ser aberto em relação aos valores familiares, por exemplo, mas ainda apoia a economia neoliberal, a ampla intervenção militar e políticas semelhantes (como os chamados “liberais” tendem a fazer nos países

desenvolvidos). Traduzir esse tipo de termo envolve uma investigação mais profunda de várias alternativas e suas implicações.

Outro problema que enfrentamos regularmente diz respeito ao gênero dos substantivos, que são tratados de forma muito diferente em inglês e espanhol. É claro que a equipe editorial do DG está ciente das lutas das mulheres em todo o mundo, e a revista inclui artigos sobre direitos das mulheres, questões de gênero e debates feministas em diferentes países. Muitos críticos afirmam que o espanhol (e outras línguas) têm preconceitos de gênero; Assim, alguns autores – especialmente quando abordam desigualdades de gênero e tópicos relacionados – podem adotar estratégias deliberadas de escrita para lidar com esses preconceitos. Porém, como muitas vezes traduzimos textos ingleses previamente escritos em terceiras línguas (em que os preconceitos de gênero podem ser mais óbvios), as sutis opções de palavras de um autor para desafiar preconceitos e escrita sexista na língua original podem ser obscurecidas involuntariamente em nossas traduções.

Ao contrário de outras equipes editoriais, optamos por concentrar nossa carga de trabalho em um grupo bastante pequeno no Departamento de Sociologia da Universidade Nacional de La Plata. Uma vez que recebemos a versão em inglês do DG, Pilar e Martín dividem os artigos de acordo com afinidade temática e interesses pessoais. Tradutores traduzir cada artigo por conta própria e, em seguida, comparam seus trabalhos com os dos outros. Mais tarde, Juan revisa todas as traduções de forma completa e abrangente. Ao longo deste processo, recebemos o inestimável conselho de Lola Busutil. Sua sólida competência em várias línguas e sua longa experiência em tradução são cruciais para nos ajudar a melhorar a versão em espanhol do DG.

Participar do DG tem sido muito enriquecedor, tanto para o desenvolvimento de nossas habilidades de tradução, bem como nos colocar em contato com uma imensa variedade de tópicos e contextos sociais. O *Diálogo Global* nos ajuda a conhecer melhor o mundo e, ao fazê-lo, estimula a nossa imaginação sociológica.

>>



Juan Ignacio Piovani é professor de métodos de pesquisa social no Departamento de Sociologia da Universidade Nacional de La Plata e pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET, Argentina). Ele obteve um mestrado em métodos de pesquisa social e estatísticas pela Universidade da Cidade de Londres (Reino Unido), e um PhD em Metodologia das Ciências Sociais por Sapienza - Universidade de Roma (Itália). Possui pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Córdoba (Argentina) e pelo Programa Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante vários anos ele conduziu pesquisas sobre a história, racionalidade e fundamentos dos métodos sociológicos. Desde 2011 é diretor do Programa de Pesquisa em Sociedade Contemporânea Argentina (PISAC), uma iniciativa que articula diversos projetos e envolve 50 Escolas de Ciências Sociais em universidades públicas de todo o país.



Pilar Pi Puig estudou Sociologia na Universidade Nacional de La Plata (Argentina). Atualmente é doutoranda em Ciências Sociais na mesma universidade. Sua pesquisa é enquadrada na sociologia do meio ambiente, e seus interesses são o meio ambiente, a pobreza e a desigualdade em contextos urbanos. Trabalha no Departamento de Sociologia, onde participa de vários projetos de pesquisa sobre questões metodológicas no estudo da pobreza e da desigualdade. Pilar também está envolvida em programas de extensão em bairros desfavorecidos da cidade de La Plata e em várias atividades de intercâmbio com colegas da Universidade de Wuppertal (Alemanha).



Martín Urtasun estudou Sociologia na Universidade Nacional de La Plata (Argentina), onde atualmente cursa doutorado em Ciências Sociais com bolsa concedida pelo CONICET. Martín realiza pesquisas sobre políticas de segurança “preventivas” atuais, baseadas em dispositivos tecnológicos, em particular a videovigilância urbana. Ele segue uma abordagem etnográfica teoricamente informada por sociologias pragmáticas e pelos estudos de ciência, tecnologia e sociedade. Ele também está interessado na educação popular, e participa tanto como professor e ativista em um Colégio Popular para adultos, organizado dentro de um movimento social.

Contato com:

Juan Ignacio Piovani <juan.piovani@presi.unlp.edu.ar>

Pilar Pi Puig <pilarpipuig@gmail.com>

Martín Urtasun <martinurtasun@gmail.com>